

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), entidade da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

Inicialmente é trazido o **Sumário Executivo**, que reúne as principais informações de cada seção do Boletim permitindo uma visualização mais rápida do panorama geral da conjuntura econômica do mês.

Após o Sumário Executivo, a primeira seção traz um Assunto em Destaque ou o texto de um Especialista Convidado. Neste mês, o economista Cleveland Prates é o **Especialista Convidado** e escreve sobre o que devemos fazer para que 2021 não seja uma continuação de 2020.

A segunda seção – **Atividade Econômica** – aborda os aspectos conjunturais no mundo, no Brasil e no Espírito Santo. São avaliados os últimos dados setoriais e de atividade econômica para o país e para o estado. A seção conta, ainda, com dois **boxes** especiais: um sobre a agenda de infraestrutura no Brasil e o outro sobre o mercado de trabalho formal em 2020.

Na terceira seção – **Desempenho Industrial** – são analisados os resultados de novembro para a produção física brasileira e capixaba. A seção ainda aborda os números referentes à produção de petróleo e gás natural, às exportações do setor industrial, às cotações das principais commodities e ao consumo e produção de energia elétrica. Neste mês há ainda um **box** especial sobre o setor de automóveis no Brasil.

A quarta seção – **Preços, Juros e Crédito** – traz os números sobre a inflação, as taxas de juros, o spread e a inadimplência, além dos montantes de crédito no país e no estado. A seção traz um **box** sobre o mercado de crédito em 2020 e os programas de crédito empresarial no enfrentamento à pandemia.

A quinta seção – **Finanças Públicas Estaduais** – analisa os números das receitas e despesas realizadas pelo Governo do Estado de janeiro a novembro.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

Além deste documento com as análises completas, o Ideies disponibiliza todos os gráficos e tabelas deste Boletim em formato de planilha, possibilitando uma outra forma de visualizar e interagir com os dados. Você pode baixar o arquivo em: https://bit.ly/DadosBEC_Jan21

Acesse toda a produção de estudos e informações do Ideies no nosso portal: <https://portaldaindustria-es.com.br/>.

Ótima leitura!

Seções

Sumário Executivo	02
1. Especialistas Convidados - Cleveland Prates	06
2. Atividade Econômica	12
3. Desempenho Industrial	20
4. Preços, Juros e Crédito	25
5. Finanças Públicas Estaduais	37
6. Comentários Finais	42

Sumário Executivo

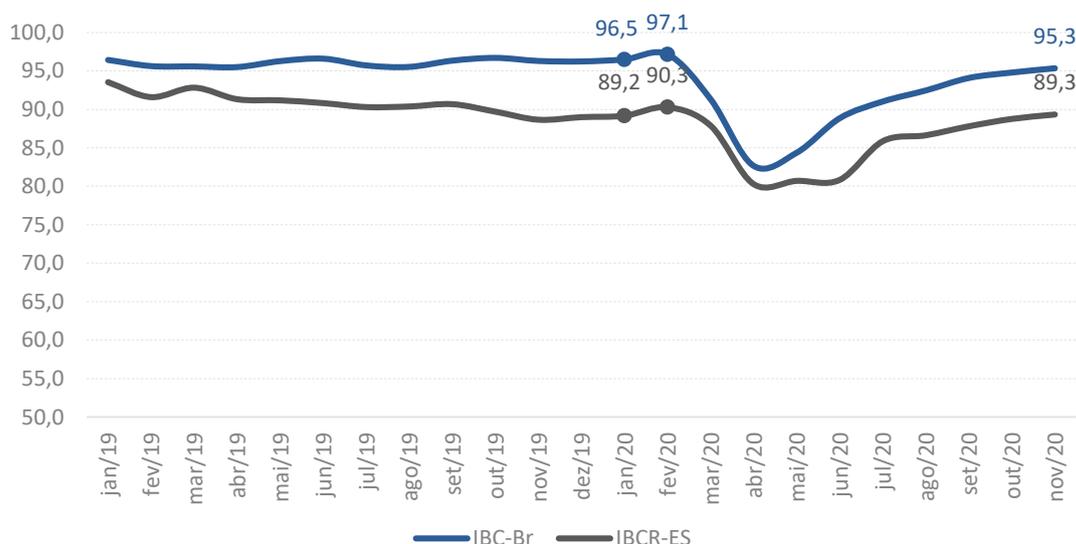
O primeiro mês de 2021 foi marcado pelo início da vacinação contra a Covid-19 no Brasil, após a aprovação na Anvisa do uso emergencial de duas vacinas, a CoronaVac da Sinovac em parceria com o Instituto Butantan e a Covishield da Serum em parceria com AstraZeneca, a Universidade de Oxford e a Fiocruz. O Espírito Santo recebeu 101,3 mil doses da CoronaVac (das 6,0 milhões disponibilizadas pelo Ministério da Saúde do Brasil), que são capazes de imunizar 50,5 mil pessoas, e 35,5 mil da Oxford-AstraZeneca (das 2,0 milhões importadas pelo Ministério). No mundo, já são 69,2 milhões de pessoas imunizadas, com destaque para Israel que apresenta uma taxa de 46,7 pessoas vacinadas por 100 habitantes. Contudo, o avanço da doença e a alta demanda mundial por vacinas em detrimento da baixa disponibilidade de insumos para a fabricação desses imunizantes, ainda são pautas de preocupação para os países.

Em relação à atividade econômica, as informações mais recentes sobre o desempenho do Brasil e do Espírito Santo

divulgadas em janeiro referem-se ao mês de novembro de 2020. **Os indicadores de atividade econômica do Banco Central interpretados como uma prévia do PIB, o IBC-Br e o IBCR-ES, avançaram pelo sétimo mês consecutivo na variação marginal, na passagem de outubro para novembro e cresceram 0,59% e 0,64%, respectivamente.** Em relação a novembro de 2019, o IBC-Br recuou -0,83% puxado pelo setor de serviços (-4,8%), enquanto o IBCR-Es avançou 0,90% influenciado pelas vendas no comércio varejista ampliado (8,5%), principalmente de material de construção (90,7%).

Os dados do IBC-Br e do IBCR-ES apontam para a manutenção da trajetória de recuperação das economias nacional e capixaba. No Espírito Santo, o indicador de novembro quase atingiu os patamares pré-pandemia, pois situou-se 0,2% acima do registrado em janeiro e -1,0% abaixo de fevereiro de 2020.

Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br) e do Espírito Santo (IBCR-ES), com ajuste sazonal (dez/2012 = 100)



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies/Findes

Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Nov 2020 / Out 2020 ¹	Nov 2020 / Nov 2019	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	0,59	-0,83	-4,63	-4,15
Índice de atividade econômica regional ES	0,64	0,90	-5,15	-5,11
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	1,2	2,8	-5,5	-5,2
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	-0,9	-3,9	-15,9	-16,6
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	-0,1	3,4	1,2	1,3
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	0,1	6,0	3,9	3,7
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	0,6	4,1	-1,9	-1,3
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	2,0	8,5	3,3	3,5
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	2,6	-4,8	-8,3	-7,4
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	0,3	-5,3	-7,9	-7,2

¹ Valores com ajuste sazonal

² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Findes

Especificamente sobre o desempenho da indústria, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, na passagem de outubro para novembro, a indústria geral do país cresceu 1,2% (com o ajuste sazonal), sétima alta consecutiva, e situou-se 2,6% acima do patamar de fevereiro (mês considerado pré-pandemia). Entretanto, no Espírito Santo, a produção industrial retraiu -0,9% nessa mesma base de comparação.

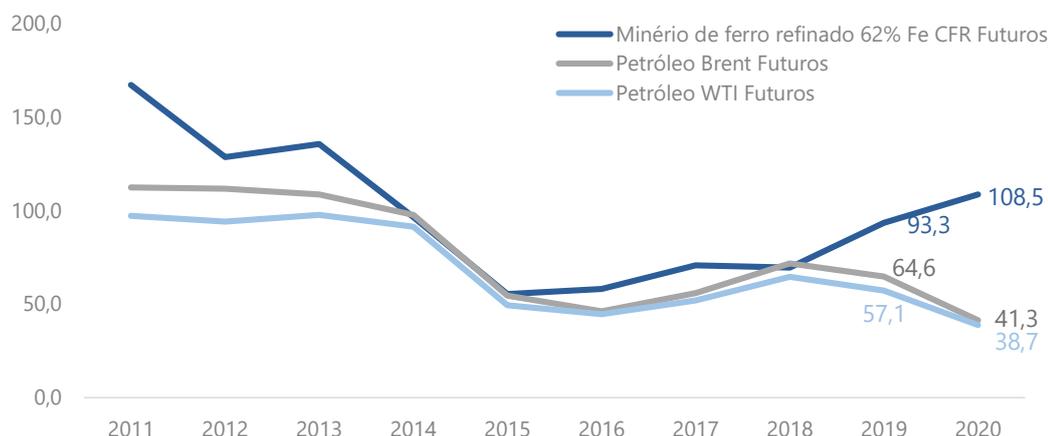
Em relação a novembro de 2019, a produção industrial nacional expandiu 2,8%, ao passo que a capixaba contraiu -3,9%. Contudo, mesmo com esse menor nível produtivo no estado, alguns resultados positivos foram relevantes nessa comparação: o aumento de 70,1% no segmento de papel e celulose, 15,6% na produção de alimentos e 14,6% na produção de minerais não-metálicos.

No encerramento de 2020, observa-se a cotação de duas commodities industriais relevantes para a economia

capixaba: o petróleo e o minério de ferro. **Os preços de petróleo Brent e WTI caíram -36,0% e -32,3%, respectivamente, em relação à média de 2019. Já o minério de ferro, mesmo com o impacto provocado pela pandemia, manteve a trajetória de recuperação e subiu 16,3%.**

Com relação às vendas para o exterior, mesmo com melhora nos resultados de dezembro em relação a novembro, a indústria do Espírito Santo finalizou 2020 com US\$ 4,4 bilhões e 20,5 milhões toneladas de exportações, o que resultou em quedas de -46,0% e -32,5% aos seus respectivos montantes de 2019. Os principais segmentos que influenciaram esses resultados foram: fabricação de outros equipamentos de transporte (-US\$ 1,5 bilhão), decorrente da exportação ficta da plataforma de petróleo; extração de minerais metálicos (-US\$ 891,0 milhões); metalurgia (-US\$815,3) e extração de petróleo e gás natural (-US\$ 447,6 milhões).

Evolução da média anual das cotações do petróleo, Brent e WTI, e do minério de ferro (em US\$)



Fonte: Investing.com

Elaboração: Ideies / Findes

Sobre o nível geral de preços da economia, a inflação medida pelo IPCA ficou em 4,52% em 2020, superior ao centro da meta de 4,00%, porém dentro do intervalo de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. A análise por grupos de produtos e serviços mostra que **o de alimentação e bebidas puxou a alta do IPCA no Brasil e na Grande Vitória (que fechou o ano em 5,15%)**. Em 2020, os preços dos alimentos subiram 14,09% no país e 18,35% na RMGV. A aceleração inflacionária passou a intensificar-se a partir de agosto, e variou 1,35% na passagem de novembro para dezembro, também influenciada pelo aumento na tarifa de energia elétrica residencial no último mês do ano.

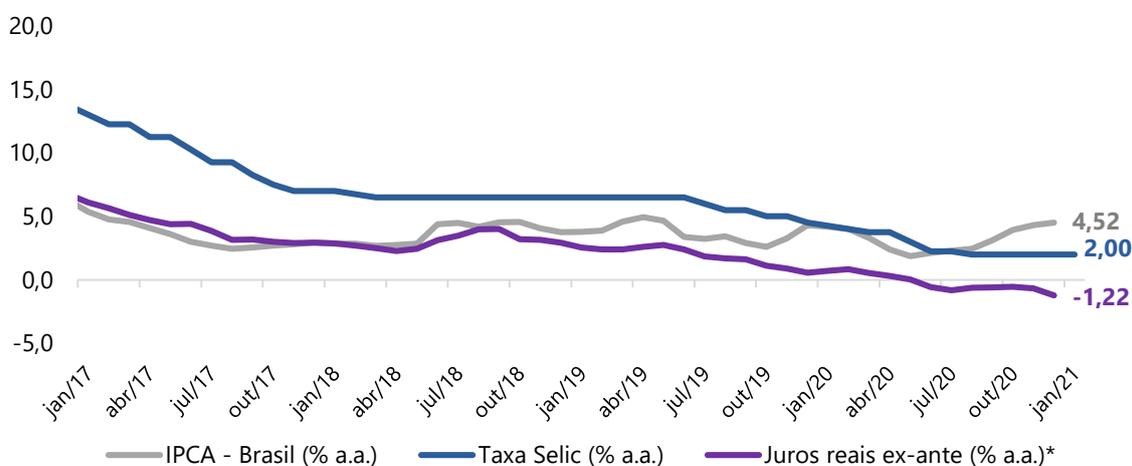
A variação de preços medida pelo Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) registrou um aumento de 23,14% em 2020, devido, principalmente, à alta de 31,64% do Índice de Preços por Atacado (IPA), pressionado pela desvalorização da moeda nacional e pelo aumento dos preços das

commodities. A moeda brasileira terminou o ano com uma depreciação acumulada de 25,21% em relação ao dólar americano, e a cotação média das commodities em 2020 aumentou 28,14%.

Apesar dessa aceleração inflacionária ao final de 2020, **na primeira reunião de 2021, o Copom decidiu manter a Selic em 2,00% a.a.** O destaque do comunicado dessa reunião foi a retirada da ferramenta auxiliar de política monetária, a "orientação futura" (*forward guidance*), adotada em agosto de 2020. **O Copom atualizou o seu cenário básico, projetando uma inflação em torno de 3,6% para 2021 e 3,4% para 2022. O Comitê também supõe trajetória de subida da taxa Selic até 3,25% a.a. em 2021 e 4,75% a.a. em 2022.**

Com a expectativa que a taxa de inflação no curto prazo permaneça em níveis mais elevados, os juros reais ex-ante da economia brasileira tendem a seguir em território negativo. Em 2020, a taxa de juros reais ficou em -1,22% ao ano, o menor valor registrado na série.

Evolução do IPCA, da taxa Selic e dos juros reais* no Brasil



(* Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

Nota: Dados do IPCA até setembro de 2020.

Fonte: BCB e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

Na análise conjuntural do mercado de crédito, o saldo das operações de crédito no Brasil totalizou R\$ 3,9 trilhões em novembro de 2020, dos quais R\$ 2,2 trilhões foram destinados às famílias e R\$ 1,7 trilhão às empresas. O saldo total apresentou variações de 2,0% em relação a outubro e 15,6% na análise interanual. No Espírito Santo, o saldo total da carteira de crédito no estado ficou em R\$ 58,6 bilhões entre empresas (R\$ 58,6 bilhões) e famílias (R\$ 33,5 bilhões), o que representa uma variação mensal de 2,0% e um aumento interanual de 12,1%.

Também em novembro de 2020, **as taxas de inadim-**

plência no país e no estado mantiveram a trajetória de queda iniciada em maio, situando-se em 2,2% para o Brasil e 2,0% para o Espírito Santo. Entre os fatores que contribuíram para essa redução, destacam-se a postergação do pagamento e a renegociação de parcelas de empréstimos em diversas modalidades de crédito. **A taxa média de juros das operações de crédito atingiu 18,7% a.a. no mês, próxima à mínima histórica observada em setembro de 2020, de 18,1%.** No caso do spread médio brasileiro, houve uma variação de -0,1 p.p. em relação a outubro, ficando em 14,4 p.p. mês.

Vale ressaltar que as linhas emergenciais de crédito e as ações que subsidiariam e baratearam o crédito em 2020, ajudaram a impulsionar a atividade econômica em momento de crise. Para 2021, segundo o Banco Central, a projeção para o crescimento do crédito no Sistema Financeiro Nacional é de 7,8%, menor que a projetada para 2020 (15,6%). Essa redução se deve, principalmente, pela contração das carteiras de créditos às empresas, devido ao fim dos programas emergenciais de crédito e ao fim do diferimento no pagamento dos financiamentos concedidos pelo BNDES.

Com o fechamento do exercício financeiro de 2020, os dados das finanças públicas capixabas mostram que **as receitas do Governo do Estado totalizaram R\$ 18,65 bilhões no ano, uma queda real de -6,5% em relação ao realizado em 2019**, e que correspondeu a 94,4% do total orçado para o ano. As principais quedas de receita foram dos recursos extraordinários referentes ao acordo do Parque das Baleias (-73,6%), das receitas de exploração de petróleo (-32,0%), do Fundo de Participação dos Estados (FPE) (-8,5%), das de operações de crédito

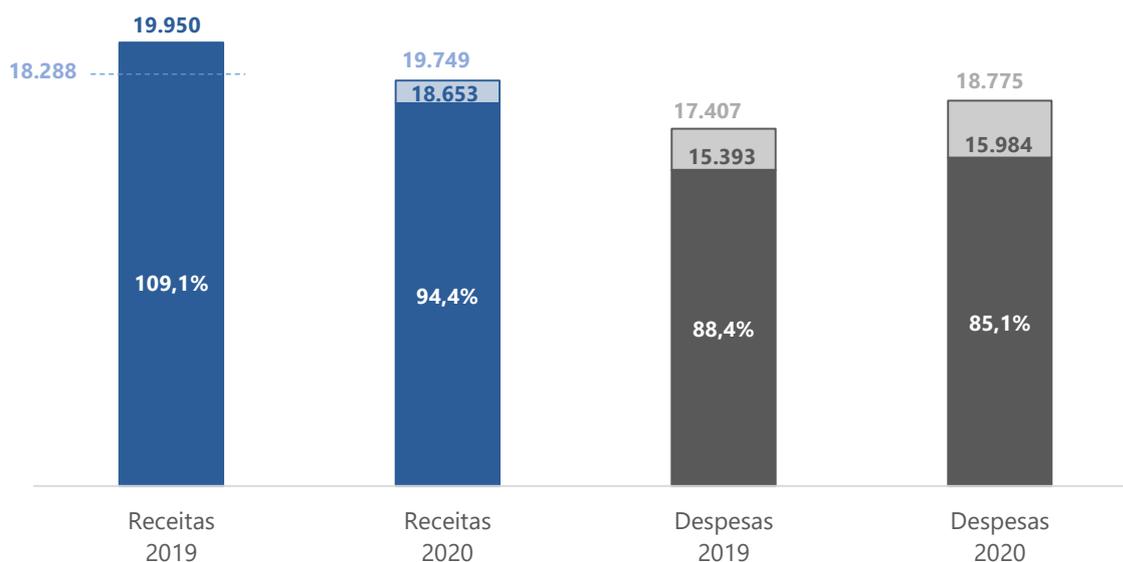
(-32,3%) e das receitas patrimoniais (-41,2%). Do lado das altas, o principal tributo estadual, o ICMS, registrou um crescimento real de 1,2%, influenciado pelo aumento de 10,2% arrecadação do ICMS-Comércio. Além disso, o estado contou com os repasses da União para o combate à pandemia.

Vale dizer que a queda das receitas do petróleo em 2020 (-32,0%) foi influenciada pela menor produção de petróleo e gás natural no estado em 2020, bem como pelo menor patamar de preço da commodity no mercado internacional.

As despesas estaduais, por sua vez, tiveram aumento real de 3,8% em relação a 2019, totalizando R\$ 15,98 bilhões, que correspondem a 85,1% do total orçado inicialmente para o ano de 2020. Classificadas por função, as despesas com Saúde representaram o maior dispêndio durante o ano, totalizando R\$ 3,5 bilhões e representando crescimento de 17,5% em relação a 2019.

Para 2021, o orçamento do Governo do Espírito Santo estima uma receita total de R\$ 18,90 bilhões e uma despesa total de R\$ 18,13 bilhões.

Receitas e despesas orçadas para o ano (em R\$ milhões) e total realizado (em % e em R\$ milhões) - Governo do Espírito Santo, janeiro a dezembro - 2019 e 2020



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA médio anual 2020

Nota 2: Despesas empenhadas

Fonte: Portal da Transparência ES e Lei Orçamentária Anual/ES

Elaboração: Ideies / Findes

1. Seção Destaque – Especialista Convidado: Cleveland Prates¹

O que devemos fazer para que 2021 não seja uma continuação de 2020

Recentemente publiquei um artigo fazendo uma análise sucinta do quanto avançamos nas propostas de campanha do nosso atual presidente². Minha principal conclusão foi a de que pouco caminhamos no que é de fato relevante para a retomada de crescimento do país.

Assim, temos uma agenda enorme para colocar em prática antes que possamos colher os frutos de um verdadeiro crescimento sustentável.

Se olharmos para o Relatório de Mercado do Boletim Focus do Banco Central (Bacen)³ de 22 de janeiro de 2021, a aposta tem sido de em uma inflação oficial (IPCA) de 3,5%, um pouco abaixo do centro da meta de 3,75%, um IGPM de 5,52% e um aumento dos preços administrados da ordem de 4,39%. Há ainda uma expectativa de que a taxa Selic termine o ano em 3,5% e que haja um crescimento do PIB da ordem de 3,49% e da produção industrial de 5,03%.

Na área externa, a previsão é que o câmbio feche o ano em R\$ 5 por dólar. Isto com um Saldo em Transações Correntes deficitário em US\$ 19,95 bilhões (apesar da expectativa de um saldo positivo do Balanço de Pagamento de US\$ 55 bilhões) e com Investimentos Diretos no país na faixa de US\$ 60 Bilhões. No tocante às contas públicas, o mercado tem apostado em uma dívida

líquida da ordem de 64,45% do PIB e um déficit primário de -2,0% do PIB.

Três coisas chamam a atenção ainda no Relatório de Mercado do Bacen. A primeira é a perspectiva de que o crescimento do PIB entre 2022 e 2024 seja menor (2,5%), indicando que a aposta para 2021 tem mais a ver com o efeito estatístico de carregamento (carry-over), associado à queda da atividade econômica observada em 2020. A segunda é que a taxa Selic (meta) se eleve até 6,0% em 2024, mesmo com uma previsão de inflação relativamente constante. O terceiro é o crescimento, neste mesmo período, da proporção Dívida Líquida/PIB, como resultado da manutenção de déficit primários.

Esses números indicam que as expectativas do mercado caminham no sentido de que continuaremos a avançar pouco nas reformas econômicas propostas pelo governo Bolsonaro. E isto parece fazer muito sentido, dado que o ambiente econômico depende substancialmente do ambiente político e do nível de incerteza quanto ao futuro.

Neste sentido, há uma série de aspectos que devem ser considerados na tomada de decisão empresarial para este e para os próximos anos, os quais passo tratar a seguir.

Gestão da Pandemia da Covid-19

Desde o início da pandemia, observamos uma forte politização do assunto e a total falta de coordenação entre as esferas de governo. O vírus não respeita fronteiras e que o combate de maneira isolada só facilita a que ele se propague e permaneça por todo o país. No que diz respeito especificamente ao governo federal, as trocas no Ministério da Saúde, a insistência em tratar a pandemia como uma doença menor e o próprio comportamento do

presidente deram sinais contraditórios e opostos ao que apregoavam médicos e especialistas, ajudando a confundir a população. Em que pese não estar claro ainda qual o verdadeiro efeito líquido do fechamento da economia (principalmente quando incluímos nesta conta a perda derivada do número de mortes), fato é que há um razoável consenso sobre alguns aspectos deste processo que estamos vivenciando.

¹ Economista, Sócio-Diretor da Microanalysis Consultoria Econômica, Coordenador do Curso de Regulação da Fipe e Professor da FGV-Law.

² Ver: "Bolsonaro ignora seu programa econômico, com desemprego e inflação em alta." Acesso em <https://economia.uol.com.br/colunas/cleveland-prates/2021/01/07/bolsonaro-ignora-seu-programa-economico-com-desemprego-e-inflacao-em-alta.htm?cmpid=copiaecola>.

³ Ver Relatório de Mercado Focus. Acesso em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20210122.pdf>

Em primeiro lugar, existem alguns comportamentos mínimos que ajudam a reduzir o contágio, como, por exemplo, evitar aglomerações, usar de máscara e passar álcool gel sempre que possível. Em segundo, até o presente momento, não há como se afirmar cientificamente que exista qualquer tipo de tratamento precoce que evite a doença. Em terceiro, há novas cepas do vírus em circulação, que indicam que ele pode ser mais contagioso, havendo até mesmo indício de que ele tenha se tornado um pouco mais letal. Neste contexto, a forma mais eficaz de combate a esta pandemia até o presente momento se dá por meios das vacinas já disponibilizadas.

E é exatamente neste aspecto que a incerteza futura nos atinge em cheio. No atual estágio da pandemia, há forte restrição de oferta de vacinas e de insumos no mercado internacional. O atual governo, por razões que não cabem aqui discutir, perdeu a oportunidade de comprar 70 milhões de doses da vacina da Pfizer, cuja proposta foi encaminhada pela companhia em 15 de agosto de 2020⁴.

Assim, até o presente momento contamos com uma expectativa de produção de 600 mil a 1 milhão de doses diárias da vacina Coronovac no Instituto Butantan⁵, e de 700 mil doses diárias no caso da Vacina de Oxford pela Fio Cruz⁶ a partir de fevereiro. Tomando por base esses números (e lembrando que devem ser aplicadas duas doses da vacina), na melhor das hipóteses, se tudo der absolutamente certo e não tivermos maiores restrições de insumo, o processo de vacinação só se completará a partir de outubro deste ano.

Em outras palavras, por conta de erros passados e pela evolução das novas cepas do vírus no país e no mundo, ainda viveremos um bom período de incertezas sobre a pandemia no Brasil, o que pode exigir novos fechamentos pontuais da economia a longo do ano e a extensão do auxílio emergencial, com impacto sobre as contas públicas.

Eleição no Congresso e Cenário Político

O ambiente político atual também não tem favorecido a retomada do crescimento econômico. Em particular, já se observa em uma parte da sociedade uma mobilização para pedir o impeachment do atual presidente. Historicamente, os casos de impeachment que tivemos no país ocorreram quando a “popularidade líquida do presidente” (percentual de avaliações ótimas e bons menos de avaliações ruins e péssimas) esteve na faixa dos -60,0% (Collor estava com -59,0% e Dilma -63,0%). Pesquisas recentes, entretanto, mostram que no caso do presidente Jair Bolsonaro esta diferença está na casa de -9,0%⁷, o que indica que ele tem ainda alguma “gordura para queimar”.

movimento até o momento é no sentido de ter como presidente das duas casas legislativas aliados que lhe permita garantir uma maioria razoável e evitar qualquer movimento mais forte em favor do impeachment.

De toda forma, uma boa parte de seu

Particularmente, entendo que, pelo perfil dos candidatos, independentemente de quem vencer, os dois ocupantes dos cargos de Presidente do Senado e da Câmara dos Deputados estarão sempre dispostos a negociar apoio, mediante o modelo tradicional da política brasileira, qual seja: o “presidencialismo de coalisão”⁸.

⁴ Pfizer diz que ofereceu proposta para Brasil comprar vacinas em agosto. Acesso em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/01/08/pfizer-diz-que-ofereceu-proposta-para-brasil-comprar-vacinas-em-agosto>.

⁵ Ver “SP inicia produção brasileira de vacina do Butantan”. Acesso em [https://butantan.gov.br/noticias/sp-inicia-producao-brasileira-de-vacina-do-butantan](https://butantan.gov.br/noticias/sp-inicia-producao-brasileira-de-vacina-do-butantan?r=noticias/sp-inicia-producao-brasileira-de-vacina-do-butantan).

⁶ Ver “Fiocruz deve iniciar produção da vacina de Oxford em 20 de janeiro”. Acesso em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01/fiocruz-deve-iniciar-producao-da-vacina-de-oxford-em-20-de-janeiro>.

⁷ Ver, por exemplo, “Crise derruba popularidade de Bolsonaro, aponta Datafolha”. Acesso em

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/crise-derruba-popularidade-de-bolsonaro-aponta-datafolha.shtml>.

⁸ Neste sentido o texto de Bruno Carazza, “Cheiro de reforma no ar é bastante ilustrativo. Acesso em:

<https://valor.globo.com/politica/coluna/cheiro-de-reforma-no-ar.ghtml>.

A grande questão que se coloca é qual o preço a ser pago por isso e o impacto sobre a gestão pública. Já há notícias de demandas por cargos em várias áreas do governo, passando por ministérios e agências reguladoras, chegando até a um possível desmembramento do Ministério da Economia, retornando à tríade Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). No passado, essa estrutura já se mostrou ineficiente, gerando fortes embates e descoordenação entre áreas dentro do governo, principalmente entre a visão da Fazenda, em geral mais liberal, e do MDIC, mais protecionista e pró adoção de políticas setoriais. Se isso for levado adiante, devemos lembrar ainda que o Ministério do Planejamento sempre foi o responsável pela elaboração do orçamento e, a depender do ocupante da pasta, será um ministério mais suscetível a gastos públicos e liberação de verbas do que o atual da Economia.

Também tem levantado muita preocupação as notícias sobre a possível demissão do presidente do Banco do Brasil, André Brandão⁹, e a recente saída do atual então da Eletrobrás¹⁰, Wilson Ferreira Junior. A se confirmar essas notícias, a visão para o mercado será a de que Jair Bolsonaro não só desistiu de fazer os ajustes empresariais

necessários (e privatizar, conforme promessa de campanha), mas também resolveu entregá-las de porteira aberta para os políticos da sua base de apoio formada pelo Centrão.

Ato contínuo desta aparente guinada política, a interpretação do mercado tem sido a de que os compromissos com o ajuste das contas públicas em com as reformas estruturais têm ficado gradativamente para trás. Este entendimento tem ganhado força principalmente com o movimento no Congresso pelo retorno do auxílio emergencial, sem que sejam feitas as reformas necessárias para se abrir espaço no orçamento para este tipo de gasto.

Em última instância, a leitura mais óbvia desta situação é a de que o Ministro da Economia tem perdido força e que a área mais política, menos preocupada com o equilíbrio das contas públicas, tende a dominar o governo nos dois próximos anos.

Comércio Exterior

Apesar da nossa corrente de comércio (soma de exportações mais importações como proporção do PIB) ser ainda muito pequena com relação ao resto do mundo¹¹, o comércio exterior sempre será uma fonte potencial de crescimento para o país. Não por outra razão, no início do governo Bolsonaro foi anunciado com toda a pompa o acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, que vinha sendo negociado havia anos. Com ele seriam eliminadas, ao longo de 15 anos, as tarifas de importação para mais de 90,0% dos produtos comercializados entre os dois blocos. Já para os demais produtos, seriam aplicadas cotas preferenciais de importação com tarifas reduzidas. A expectativa do próprio governo seria a de que haveria acréscimo substancial de investimentos no país e elevação da produtividade da nossa economia. Entretanto este

acordo ficou emperrado pela postura atual do governo brasileiro no que diz respeito à pauta de meio ambiente. Fato é que perdemos uma boa oportunidade, que não voltará tão cedo, ainda mais considerando quem é o atual presidente argentino.

Mais recentemente, tivemos a divulgação do acordo da União Europeia com a China, fato que poderá nos deixar ainda mais isolados¹², ainda mais porque o tratamento das nossas autoridades aos chineses e mesmo aos europeus não tem sido nada amistoso. No mesmo sentido, a decisão de Jair Bolsonaro de se envolver no processo eleitoral americano e demorar para reconhecer a vitória de Joe Biden podem ter criado fricções adicionais na nossa relação com os EUA nos próximos anos. E isto tende a ser

⁹ Ver "Bolsonaro pediu ao ministro Paulo Guedes demissão do presidente do Banco do Brasil".

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/14/bolsonaro-pediu-a-guedes-demissao-do-presidente-do-banco-do-brasil-informa-planalto.ghtml>.

¹⁰ Ver "Papéis da Eletrobrás caem 12% em Nova York com anúncio de saída do presidente". Acesso em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,wilson-ferreira-junior-renuncia-ao-cargo-de-ceo-da-eletobras,70003592790>.

¹¹ Ver, por exemplo, Brasil é penúltimo em corrente de comércio. Acesso em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/brasil-e-penultimo-em-corrente-de-comercio.ghtml>.

¹² Ver "Cinco pontos importantes sobre o novo acordo entre a China e a União Europeia". Acesso em

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/cinco-pontos-importantes-sobre-o-novo-acordo-entre-a-china-e-a-uniao-europeia.shtml>

tão mais verdade quanto mais notamos a aproximação do discurso do presidente americano ao dos europeus (principalmente alemães e franceses) no que diz respeito ao meio ambiente.

Em que pese nosso pouco avanço institucional nas nossas relações comerciais com o resto do mundo, a perspectiva de uma recuperação

Investimento em infraestrutura e privatizações

Durante as eleições, um dos pontos centrais apresentados pelo Ministro Paulo Guedes foi a necessidade de tirar o Estado de áreas típicas da iniciativa privada. Várias promessas de privatizações foram feitas à época. Guedes chegou a afirmar que todas as estatais deveriam ser vendidas e sugeriu que a privatização poderia render mais de R\$ 1 trilhão para os cofres públicos, recurso que a ser utilizado para abater a dívida pública.

Também no programa do então candidato Jair Bolsonaro, a proposta era "desmobilizar ativos públicos" (vender) para abater a dívida pública. A estimativa era de reduzir em 20% o volume da dívida por meio de privatizações, concessões e venda de propriedades imobiliárias da União. Outras, sem especificar, seriam mantidas pelo caráter estratégico.

Entretanto, passados dois anos de governo, as concessões até agora realizadas foram ainda muito tímidas. Dos 64 projetos que estavam previstos no começo de 2020, 50 foram adiados e 5 tiveram o andamento suspenso ou cancelado. Ainda não tivemos privatizações e foram extintas apenas três estatais (CorreiosPar, Casemg e Codomar), sem qualquer relevância nas contas públicas.

O presidente tem ainda se posicionado contra a privatização de empresas federais incluídas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), como o caso da Casa da Moeda e da Ceagesp. Sem falar de sua restrição por privatizações de bancos públicos e até mesmo pelas maiores empresas, como a Petrobrás.

gradativa da economia mundial ao longo de 2021 deve se refletir em um crescimento vegetativo maior das nossas exportações.

Em particular, há que se destacar o protagonismo que a China tem assumido nas relações comerciais com o Brasil, já sendo atualmente nosso principal parceiro comercial¹³.

O que se percebe é que o governo arrecadou até hoje muito pouco com as concessões realizadas.

Foram R\$ 2,377 bilhões com leilão de 12 aeroportos e R\$ 148 milhões com leilão de 3 áreas portuárias. Com o trecho de 1,5 mil quilômetros da Ferrovia Norte-Sul a arrecadação foi da ordem de R\$ 2,719 bilhões. No setor de gás, foram ofertados 273 blocos, dos quais apenas 33 foram arrematados. Das 14 áreas com acumulações marginais, 12 foram arrematadas, arrecadando um bônus total de R\$ 22,2 milhões. No caso da concessão da BR-364/365 o modelo foi pela menor tarifa e o deságio chegou a de 33,0% na tarifa de pedágio máxima estipulada. Também foi realizado um leilão de transmissão com deságio médio de 55,24% sobre o valor de Receita Anual Permitida (RAP), indicando uma economia na conta de luz futura para o consumidor.

Atualmente o governo tem uma lista de 201 projetos envolvendo privatizações e concessões, sendo que 115 estão previstos para 2021¹⁴.

Há concessões a serem encaminhadas nas mais diversas áreas, como em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, óleo e gás e energia elétrica, além do leilão de frequência 5G no setor de telecomunicações. Já no caso de privatizações, as principais empresas destacadas são Correios, Eletrobrás, PPSA e Porto de Santos. Mas o valor de todo este pacote está muitíssimo aquém da estimativa inicial do ministro Paulo Guedes.

¹³ Ver "Comércio Brasil-China rompeu em 2020 pela primeira vez na história a barreira de US\$ 100 bilhões". Acesso em <https://www.comexdobrasil.com/comercio-brasil-china-rompeu-em-2020-pela-primeira-vez-na-historia-a-barreira-de-us-100-bilhoes/>.

¹⁴ Fonte: <https://www.ppi.gov.br/>.

De toda forma, trazer o setor privado para essas áreas elevará o nível de investimento e aumentará a eficiência nos vários setores. Este é um ponto central para a retomada do crescimento econômico a partir deste ano e deve ser visto com a máxima prioridade pelo governo, principalmente pela falta de recursos público para investir no quantitativo financeiro necessário.

De toda forma, para que este processo seja vitorioso e gere frutos também no longo prazo, deve cobrir ao menos dois pré-requisitos. O primeiro é, obviamente, ter apoio político no Congresso, principalmente no caso das privatizações. O segundo, é ter um cuidado

muito especial no desenho dos modelos de leilões e na definição do arcabouço regulatório.

Este aspecto é fundamental para que o Estado arrecade o máximo possível e que não corra o risco de apenas transferir monopólios públicos para a iniciativa privada ou, na direção oposta, estabelecer modelos que elevem o custo regulatório excessivamente e/ou imponha tarifas que representem uma simples expropriação regulatória. Neste sentido, deve-se tomar o máximo cuidado para que os objetivos arrecadatórios de curto prazo não se sobreponham aos interesses de longo prazo da sociedade (avaliados em termos de expansão de infraestrutura, modicidade tarifária e qualidade dos serviços oferecidos).

Ajuste das Contas Públicas

Sob o ponto de vista das contas públicas, há três Projetos de Lei no Congresso que são fundamentais para que o país consiga evitar um desastre maior na economia já em 2022.

Sem que eles sejam aprovados rapidamente, é possível que o ambiente econômico se deteriore substancialmente no curto prazo, com novas rodadas de depreciações cambiais e que tenhamos que conviver novamente com inflação e juros mais elevados.

O primeiro, é a Proposta de Emenda à Constituição n° 186, de 2019 (PEC Emergencial), que cria vários mecanismos para controlar o crescimento dos gastos públicos, dentre eles a possibilidade de redução de salários de servidores e de outras despesas em caso de crise fiscal, além de vedar que lei ou ato autorize pagamento retroativo de despesa com pessoal.

O texto original também institui mecanismos de ajuste, caso as operações de crédito da União excedam a despesa de capital. No caso de estados e municípios, o gatilho é a elevação das despesas correntes acima do limite de 95,0% das receitas correntes.

Também fica definido na proposta em discussão a restituição ao Tesouro do saldo financeiro de recursos orçamentários transferidos aos Poderes Legislativo e Judiciário e condiciona esses poderes ao mesmo percentual de limitação de empenho que tenha sido aplicado no Poder Executivo. Em última instância, esta PEC trata da possibilidade da adoção de medidas extraordinárias para que possamos, inclusive, cumprir o teto dos gastos, incorporado na Constituição Federal pela Emenda Constitucional no 95 de 2016.

Já o Proposta de Emenda à Constituição n° 32 de 2020 (Reforma Administrativa) encaminhada ao Congresso é extremamente tímida, e mira a redução de gastos apenas no longo prazo, na medida em que tudo o quanto foi proposto se refere apenas a novos servidores¹⁵.

Além disso, foram poupadas algumas carreiras, como as de militares e magistrados. Há que se destacar que algumas das medidas necessárias para melhorar a administração pública já poderiam estar encaminhadas, principalmente a partir da Emenda Constitucional n° 19 de 1998, que prevê a perda do cargo por insuficiência de desempenho¹⁶.

¹⁵ Em tese, a Reforma administrativa tem por objetivo também modernizar a gestão pública, equalizar a remuneração do setor privado ao público e acabar com privilégios.

¹⁶ Ver "Chovendo No Molhado". Acesso em: <https://valor.globo.com/politica/coluna/chovendo-no-molhado.ghtml>.

De toda forma, há bastante espaço para se avançar nesta proposta no Congresso, inclusive revisando “privilégios adquiridos” de uma parcela dos funcionários públicos que estão atualmente na ativa. Esta não será uma tarefa fácil, uma vez que mexerá com o interesse de muitas carreiras, que certamente se mobilizarão no Congresso. De toda forma, esta reforma também é fundamental que equilibrar as contas públicas.

Por fim, temos ainda que levar adiante a Reforma Tributária.

Em que pese, neste caso, os efeitos arrecadatórios esperados serem marginais e de segunda ordem, ao elevarmos a eficiência e introduzirmos equidade em nosso sistema tributário, passaremos a corrigir fortes distorções hoje vigentes, que inclusive inibem investimentos no país. Atualmente, existem três propostas principais para a reforma tributária no Brasil. Uma apresentada na Câmara dos Deputados (PEC 45/2019), outra no Senado Federal (PEC 110/2019) e uma terceira, de autoria do Governo Federal (PL 3887/2020).

Das três em propostas em discussão, a do Senado parece ser a mais abrangente. Já as outras duas concentram seus esforços em simplificar o sistema hoje vigente, juntando alguns impostos e redistribuindo uma parte da carga tributária para o setor de serviços. Fato é que a discussão sobre reforma tributária não é trivial porque envolve vários atores com força política não desprezível no Congresso. Não por outra razão este assunto tem sido debatido desde a década de 90 e o único resultado prático ao longo dos anos acaba sendo a criação de novos impostos, que apenas elevam a Carga Tributária, hoje estimada em 35,0%.

O risco maior que enfrentamos é começarmos por esta reforma, não avançarmos e deixarmos a discussão das PEC Emergencial e da Reforma Administrativa (as mais prementes no caso das Contas Públicas) de lado.

Se isso ocorrer, a percepção do risco país deverá se elevar substancialmente ao longo dos próximos dos anos.

Breves considerações Finais

Como descrito aqui, as baixas expectativas formadas para o ano de 2021 pelo mercado estão diretamente relacionadas com a difícil tarefa do governo de resolver o problema das contas públicas e ter, ao mesmo tempo, de lidar com a necessidade de retomar o crescimento econômico em um ambiente de pandemia. Mais do que isso, com o nível de desemprego formal que atinge 14,0 milhões de pessoas, um total de 33,5 milhões de trabalhadores informais e uma população desalentada de 5,7 milhões é quase impossível nesta crise sanitária não se retomar a discussão sobre o auxílio emergencial¹⁷.

De outra parte, simplesmente deixar de lado o ajuste das contas públicas seria um verdadeiro suicídio econômico e político. Fechamos 2020 com um resultado primário do setor público consolidado deficitário em R\$ 703,0 bilhões (9,49% do PIB), ante déficit de R\$61,9 bilhões (0,84% do PIB) em 2019. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou R\$ 4.670,0 bilhões (63,0% do PIB) em dezembro e a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que com-

prende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais, chegou a R\$ 6.615,8 bilhões em dezembro (89,3% do PIB)¹⁸. Neste sentido, é indispensável que seja ao menos sinalizada uma forte mudança de rota para um futuro próspero. E nesse aspecto a PEC Emergencial é condição *sine qua non* até mesmo para termos um fôlego inicial para tratarmos com mais calma das reformas administrativa e tributária.

Em paralelo, há a necessidade de introduzirmos uma gestão coordenada e eficiente no combate à pandemia. Quanto antes conseguirmos vacinar o maior número de pessoas, mais rápido essa crise se encerrará e as incertezas se reduzirão. Neste sentido, todo esforço direcionado para a compra de vacinas ao longo do ano pelo setor público, e de maneira ancilar pela própria iniciativa privada, será um grande avanço, sendo que por mais caras que sejam, o custo ainda será ínfimo perto do benefício que poderá trazer.

¹⁷ Ver “PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 14,1% e taxa de subutilização é de 29,0% no trimestre encerrado em novembro de 2020”. Acesso em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29934-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-0-no-trimestre-encerrado-em-novembro-de-2020>.

¹⁸ Estatísticas Fiscais do Banco Central. Acesso em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>.

Neste processo, ainda, pode ser necessário uma nova rodada de auxílio emergencial, mas com foco nos reais afetados pela pandemia e que não seja confundido com um plano assistencial aos mais necessitados, conforme proposto por uma parte da classe política. Qualquer discussão sobre distribuição de renda deve ser tratada no âmbito dos programas já existentes, mediante avaliações criteriosas dos objetivos desenhados e dos resultados obtidos, sob pena de não resolvermos nem um problema e nem outro.

Em paralelo, será fundamental que se acelere de maneira consistente os programas de privatizações e concessões e que se blinde por completo as agências reguladoras, tomando por base, inclusive, os requisitos técnicos de indicações de seus diretores contidos na Nova Lei das Agências Reguladoras (Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019). Isto, porque, sem a garantia de futuras decisões técnicas e consistentes, ampliaremos a insegurança jurídica e reduziremos a atratividade dos projetos licitados.

Por fim, é fundamental que iniciemos já neste ano uma profunda revisão da nossa política externa, tornando-a mais pragmática e direcionada à obtenção de acordos que elevem nosso comércio com outras regiões e que atraiam investimentos dos mais diversos países.

O ano de 2021 deve ser de fato um divisor de água. Não há mais espaço para erros. Ou o atual governo deixa de lado discussões políticas de pouca relevância para o país, e se concentra nos tópicos aqui apontados, ou entraremos em uma crise mais profunda, caminhando, inclusive, para um novo processo de estagflação, com todo o impacto social e político que isso trará.

Em última instância, a decisão é nossa se queremos crescer a uma taxa mais elevada (possivelmente de 5% nos três próximos anos) ou se vamos continuar a andar de lado, como fizemos em toda a década passada.

2. Atividade Econômica

Após as autorizações das agências reguladoras nacionais, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá foram os primeiros países que começaram o processo de vacinação contra a Covid-19, ainda na primeira metade de dezembro de 2020. Em seguida, União Europeia, Arábia Saudita, Israel, Suíça, China, entre outros, também iniciaram o processo de aplicação dos imunizantes. Ao final do ano passado, mais de 40 países já haviam dado início à vacinação contra a Covid-19¹⁹. De acordo com a Organização Mundial da

Saúde, existem no mundo 64 tipos de vacina em desenvolvimento clínico, ou seja, testadas em seres humanos, e 173 em fase pré-clínica, apenas em laboratório. Dessas 64, 15 encontram-se na fase 3 de testes, as dos laboratórios Sinovac em parceria com o Instituto Butantan; Serum Institute of India em parceria com a AstraZeneca, a Universidade Oxford e a Fiocruz (Brasil); Centro Gamaleya na Rússia que desenvolveu a vacina Sputnik V; Janssen; Novavax e Moderna.

Tabela 1 – Vacinas em desenvolvimento clínico por fase de teste

Fase 1	Fase 1/2	Fase 2	Fase 2/3	Fase 3
18	19	5	7	15

Fonte: Organização Mundial da Saúde.

Nota: algumas fases podem ocorrer simultaneamente, a fim de acelerar os estudos e avaliar os resultados.

Os dados levantados pela Universidade de Oxford mostram que, até o momento, 86,1 milhões de pessoas no mundo já foram vacinadas contra a Covid-19²⁰. Em termos absolutos, Estados Unidos (26,2 milhões), China (22,8 milhões) e Reino Unido (7,9 milhões) são os países que

lideram no ranking de vacinação. Em termos relativos, ou seja, em proporção ao tamanho da população do país, estão: Israel (52,6 por 100 habitantes), União dos Emirados Árabes (29,0) e República de Seicheles (10,8).

¹⁹ Em cada país há um processo diferente de autorização do uso das vacinas, que também pode variar conforme os pedidos de cada laboratório. Como por exemplo, a vacina da Pfizer/BioNTech teve a aprovação total na Arábia Saudita, enquanto nos Estados Unidos e na União Europeia a aprovação foi em caráter emergencial.

²⁰ A Universidade de Oxford contabiliza o número de doses, o que pode ser diferente do número total de pessoas vacinadas, pois a depender do regime de dosagem, uma mesma pessoa pode receber doses múltiplas. Confira a evolução da vacinação do mundo em: https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?utm_source=meio&utm_medium=email.

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou, no dia 17 de janeiro de 2021, o uso emergencial de duas vacinas no país, a CoronaVac²¹ que é desenvolvida pela Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, (Brasil), e a Covishield²² produzida pela Serum Institute of India em parceria com a AstraZeneca, a Universidade Oxford e a Fiocruz (Brasil).

Dois dias após a aprovação no Brasil, o Ministério da Saúde enviou a vacina CoronaVac (importada do laboratório chinês) para todos os estados brasileiros. A expectativa do Ministério é que cerca de 3 milhões de pessoas sejam vacinadas em um primeiro momento, com aproximadamente 6 milhões de doses disponíveis dessa vacina²³. As 2 milhões de doses da Oxford/AstraZeneca, importadas da Índia, chegaram ao Brasil no dia 22 e foram distribuídas aos estados três dias depois.

Nessa etapa inicial os grupos prioritários a serem imunizados são: os trabalhadores da saúde, as pessoas de 60 anos ou mais e as pessoas com deficiência em instituições de longa permanência e a população indígena aldeada. De acordo com o consórcio de imprensa²⁴, aproximadamente 1,5 milhão de pessoas já foram imunizadas no Brasil, sendo 41,1 mil no Espírito Santo o que representa 1,01% da população do estado.

O estado do Espírito Santo recebeu 101.320 doses²⁵ do Ministério da Saúde, das quais 31.736 foram redistribuídas entre os municípios capixabas conforme a orientação da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (Sesa)²⁶.

De acordo com o Plano Operacional da Estratégia de Vacinação contra a Covid-19 no Espírito Santo, o público-alvo da 1ª fase de vacinação do estado consiste em: trabalhadores de saúde, pessoas de 75 anos ou mais, pessoas de 60 anos ou mais em instituições de longa permanência, população indígena aldeada em terras demarcadas, povos e comunidades tradicionais quilombolas. A estimativa populacional desse grupo no estado é de 289.400 indivíduos. Com relação aos profissionais da saúde, a Sesa comunicou que ficou a cargo dos municípios a seleção daqueles, dentro do grupo de prioridade, que serão imunizados nessa 1ª fase.

Antes do processo de vacinação, o Governo do Espírito Santo adquiriu 6 milhões de seringas, das quais 1,5 milhão já chegaram ao estado. Além disso, a Sesa já contava com estoques estadual (de 1,7 milhão) e municipais (de 800 mil) de seringas. Para a logística de distribuição das doses, o Governo estadual também comprou 80 equipamentos de refrigeração e adaptou os caminhões frigoríficos (da saúde) com sistema de climatização.

O número de contágios pela Covid-19 no mundo totaliza 101,6 milhões de casos e o número de mortes pela doença é de 2,2 milhões, de acordo com os dados da Universidade Johns Hopkins²⁷. Diante do aumento de casos em várias regiões e da detecção de novas variantes do Sars-CoV-2, muitos países continuam com a adoção das medidas contra o espalhamento do vírus, sendo que em algumas localidades tais medidas foram endurecidas, como na China que se prepara para as festividades culturais do Novo Ano. O Brasil é terceiro país com o maior número de infectados (9,0 milhões) e o segundo no número de mortes (221,5 mil). O Espírito Santo possui 290,0 mil casos confirmados da doença e 5,8 mil óbitos, conforme os dados da Sesa.

²¹ A Anvisa aprovou no dia 17 de janeiro de 2021 o uso emergencial do lote importado de vacinas CoronaVac prontas. No dia 19, a Anvisa recebeu o pedido de autorização emergencial do uso do lote de vacinas CoronaVac envasadas pelo Instituto Butantan, que foi aprovado no dia 22. Veja mais em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/nota-segundo-pedido-emergencial-do-butantan>

²² A Anvisa aprovou o dia 17 de janeiro de 2021 o uso emergencial do lote importado de 2 milhões de doses da vacina Oxford/AstraZeneca importadas do laboratório indiano Serum Institute of India. De acordo com a Fiocruz, essa vacina possui eficácia de 70% e deve ser administrada em 2 doses com um intervalo de 12 semanas. Veja mais em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacina-covid-19-fiocruz-libera-dois-milhoes-de-doses-e-imuniza-profissionais-de-saude>

²³ De acordo com o Instituto Butantan, as duas doses necessárias da vacina somam 50,38% de eficácia e devem ser aplicadas em um intervalo de 14 a 28 dias. Veja mais em: <https://butantan.gov.br/noticias/coronavac-tudo-que-voce-sempr-quis-saber-e-nao-tinha-para-quem-perguntar>

²⁴ Dados atualizados em 28 de janeiro de 2021 em: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/01/28/22-estados-e-odf-vacinaram-15-milhao-contracovid-aponta-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-4-estados-nao-divulgaram-numeros.ghtml>

²⁵ Ressalta-se que as 101,3 mil doses são capazes de imunizar 50,5 mil pessoas.

²⁶ Confira aqui a distribuição de doses da vacina contra a Covid-19 nos municípios do Espírito Santo: https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Noticias/DistribuicaoVacinasCovid_19ES.pdf

²⁷ Acompanhe os dados do mundo no painel da Universidade Johns Hopkins em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>, do Brasil em: <https://covid.saude.gov.br/> e do Espírito Santo em: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>.

Tabela 2 - 1º Distribuição de vacinas contra a Covid-19 por região do Brasil

Região	1º dose CoronaVac	Total de doses disponíveis CoronaVac	Total de doses disponíveis Oxford/AstraZeneca	Tamanho da população (2020)
Norte	337.332	708.440	221.500	18.672.591
Nordeste	683.924	1.436.160	462.500	57.374.243
Sudeste	1.202.090	2.524.360	912.960	89.012.240
Espírito Santo	31.736	101.320	35.500	4.064.052
Sul	357.821	751.440	250.000	30.192.31
Centro-Oeste	273.393	574.160	153.000	16.504.303
Brasil	2.854.560	5.994.560	1.999.960	211.755.692

Fonte: Ministério da Saúde do Brasil, Sesa e IBGE.

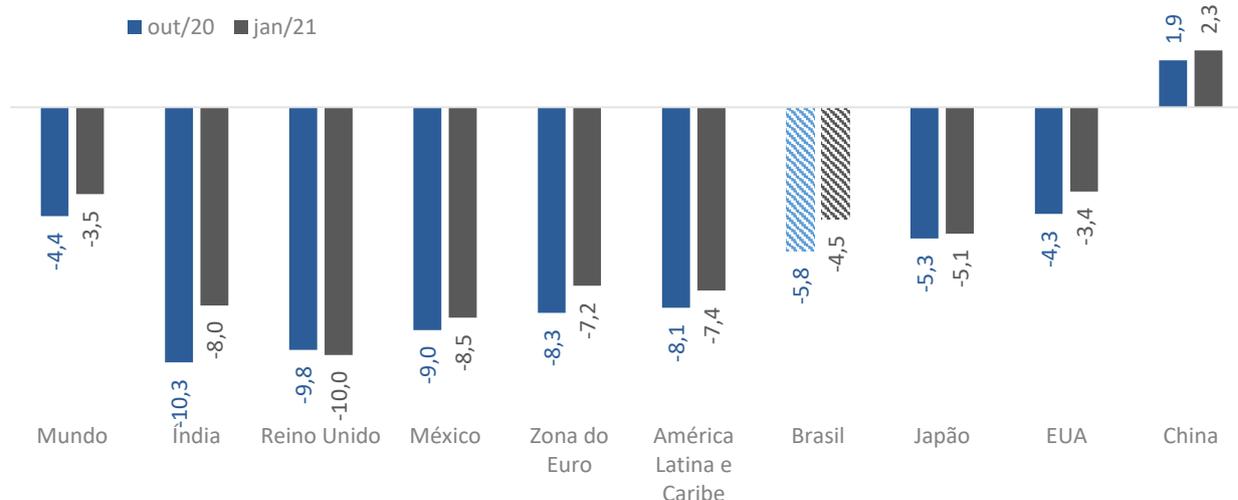
Análise Conjuntural

O avanço da pandemia da Covid-19 ao final de 2020 e sobre o início 2021 e o endurecimento das medidas restritivas contra a doença, colocam em risco o desempenho de várias economias no mundo. Como por exemplo, em meados de janeiro, a estimativa da Oxford Economics é de que o PIB do 1º trimestre de 2021 da Zona do Euro fique em torno de 0%.

Com relação ao PIB anual mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou novas estimativas para os anos de 2020, 2021 e 2022²⁸. As últimas previsões do Fundo haviam sido divulgadas em outubro de 2020. A expectativa é de contração para o PIB mundial de 2020 na

ordem de -3,5%, 0,9p.p. acima da última previsão. Para 2021, a expectativa é de crescimento de 5,5%, 0,3 p.p. desde a última divulgação. Esta melhora leva em consideração o início de processo de vacinação em várias partes do mundo, as possíveis novas ondas de contágio e as novas variantes do vírus. O FMI ressalta que a recuperação da economia em 2021 pode variar significativamente entre os países, a depender da forma como têm acesso às intervenções médicas e de como é a eficácia das políticas locais no enfrentamento à crise provocada pela pandemia. Para o Brasil, a revisão do PIB para 2020 passou de -5,9% em outubro para -5,4% em janeiro.

Gráfico 1- Previsão do FMI para o crescimento do PIB em 2020 (%) – países e regiões selecionadas



Fonte: FMI

Elaboração: Ideies/FinDES

²⁸ Veja mais em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/01/26/2021-world-economic-outlook-update>

No Brasil, os dados referentes ao PIB do 4º trimestre de 2020 estão previstos para serem divulgados em março de 2021, de acordo com o calendário do IBGE. As informações mais recentes divulgadas em janeiro pelo Banco Central e pelo IBGE com relação às atividades econômicas referem-se, ainda, ao mês de novembro de 2020.

O indicador mensal de atividade econômica no Brasil do Banco Central, o IBC-Br, que pode ser interpretado como uma prévia do PIB, avançou 0,59% na passagem de outubro para novembro de 2020, sétimo mês de crescimento consecutivo na série com o ajuste sazonal. Esse resultado no mês foi influenciado pelos desempenhos positivos da produção industrial (1,2%), das vendas no comércio varejista ampliado (0,6%) e das vendas de serviços (2,6%) no país, conforme apontam as pesquisas mensais do IBGE.

No entanto, em relação a novembro de 2019, o IBC-Br recuou -0,83%, devido à queda de -4,8% no setor de serviços, ao passo que a indústria (2,8%) e o comércio ampliado (4,1%) avançaram nessa comparação.

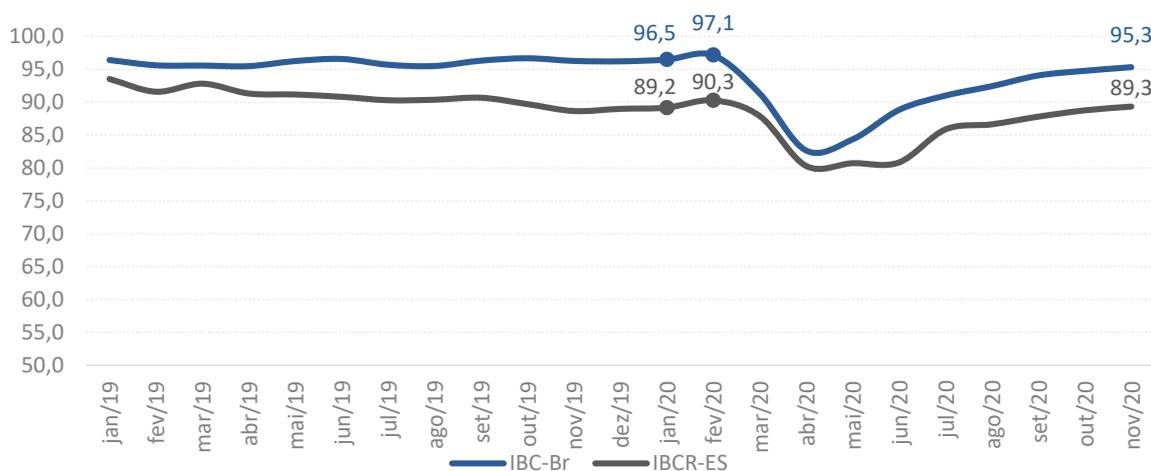
No Espírito Santo, o indicador de atividade econômica regional, o IBCR-ES, subiu 0,64% em novembro com relação a outubro de 2020, e

também registrou o sétimo crescimento consecutivo na variação marginal. Com exceção da indústria, que caiu -0,9% na passagem dos meses, o comércio ampliado e os serviços cresceram 2,0% e 0,3%, respectivamente, no estado, todos com ajustes sazonais.

Contrário ao observado para o país, a atividade econômica no Espírito Santo registrou uma variação positiva de 0,90% em relação a novembro de 2019, influenciada pelo crescimento de 8,5% nas vendas do comércio ampliado, já que o setor de serviços (-5,3%) e a indústria (-3,9%) recuaram nesse período. As atividades do comércio foram puxadas, principalmente, pelas vendas de material de construção, que aumentaram 90,7% nessa comparação.

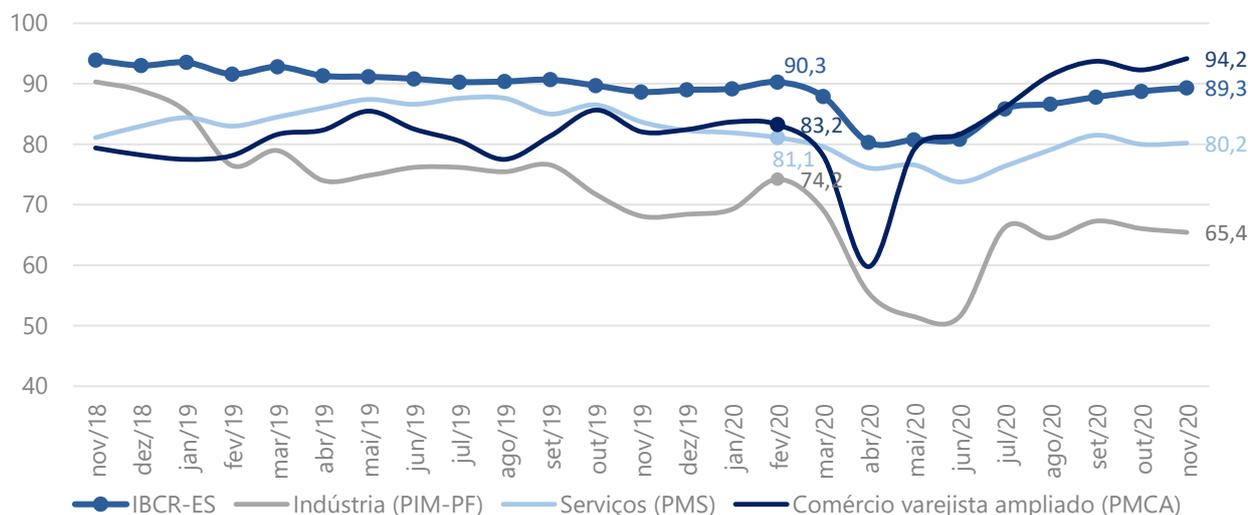
Os dados do IBC-Br e do IBCR-ES apontam para a manutenção da trajetória de recuperação das economias nacional e capixaba. No Espírito Santo, o indicador de novembro quase atingiu os patamares pré-pandemia, pois situou-se 0,2% acima do registrado em janeiro e -1,0% abaixo de fevereiro de 2020.

Gráfico 2 – Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br) e do Espírito Santo (IBCR-ES), com ajuste sazonal (dez/2012 = 100)



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies/Findes

Gráfico 3 – Índices mensais de atividades da economia, Espírito Santo – com ajuste sazonal (dez/2012 = 100)



Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 3 – Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Nov 2020 / Out 2020 ¹	Nov 2020 / Nov 2019	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	0,59	-0,83	-4,63	-4,15
Índice de atividade econômica regional ES	0,64	0,90	-5,15	-5,11
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	1,2	2,8	-5,5	-5,2
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	-0,9	-3,9	-15,9	-16,6
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	-0,1	3,4	1,2	1,3
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	0,1	6,0	3,9	3,7
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	0,6	4,1	-1,9	-1,3
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	2,0	8,5	3,3	3,5
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	2,6	-4,8	-8,3	-7,4
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	0,3	-5,3	-7,9	-7,2

¹ Valores com ajuste sazonal ² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito

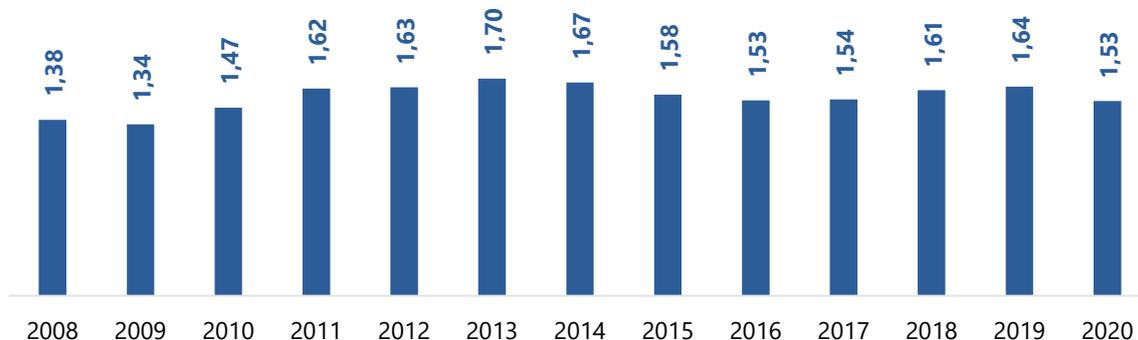
Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies / Findes

Outra informação relevante para a atividade econômica do país é a arrecadação federal.

De janeiro a dezembro de 2020, o montante arrecadado pela Receita Federal foi de R\$ 1,53 trilhão, o que representa uma queda de -6,91% em relação a 2019. Esse desempenho das arrecadações em 2020 refletem os diferimentos em decorrência da pandemia.

Em relação a 2019, as arrecadações da Cofins e do PIS/Pasep apresentaram, juntas, um decréscimo real de -11,92%, devido ao menor volume de vendas no comércio e no setor de serviços. Além disso, nessa comparação, a Receita Previdenciária diminuiu -7,16% influenciado pela redução da massa salarial, e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) caiu -48,65%, explicado pela redução de alíquotas para algumas operações de crédito.

Gráfico 4 - Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a dezembro – em R\$ trilhões (a preços de dezembro de 2020)



Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal
Elaboração: Ideies / Findes

Para o primeiro semestre de 2021, o carregamento de 2020, principalmente no que diz respeito à política fiscal do país, as incertezas sobre a retomada do auxílio emergencial, a votação para a presidência da Câmara dos Deputados²⁹, o processo ainda lento de vacinação e a aprovação da Lei Orçamentária Anual são fatores a serem levados em conta para o desempenho da economia brasileira³⁰. Para o segundo semestre do ano, a atenuação da gravidade desses

fatores, tais como a ampliação da vacinação contra a Covid-19, a redução da pressão sobre o câmbio e sobre a inflação³¹ e a retomada das discussões sobre as reformas estruturantes podem gerar um efeito positivo para a economia brasileira. Neste íterim, a expectativa para o PIB brasileiro em 2021, apurada pelo boletim Focus aumentou de 3,45% para 3,49% na última semana.

Box 1 - A agenda de Infraestrutura no Brasil

O ano de 2020 foi marcado pela crise sanitária e econômica gerada pela Covid-19. Diante de um cenário de recessão, os gargalos que impedem a melhoria da competitividade e da produtividade das empresas brasileiras se tornaram ainda mais latente, entre eles os de infraestrutura.

Contudo, mesmo em um ano adverso, ocorreram avanços na agenda do Ministério de Infraestrutura³². De acordo com o balanço divulgado no mês de dezembro, realizou-se no ano passado no país 12 concessões, sendo 9 leilões e 3 renovações, e 86 obras, que incluem 1.259 km de novas estradas. No total, foram contratados R\$ 31,0 bilhões de investimentos privados no Brasil³³.

Para o Espírito Santo, no âmbito da agenda do Ministério de Infraestrutura, as seguintes obras foram concluídas: o Cais de Atalaia no Porto de Vitória, a construção de 2 viadutos em Viana (BR-101/262) e 9,0 km de duplicação na BR-101 (trecho entre Viana e Guarapari).

Acrescente-se a finalização do processo de renovação antecipada, por mais 30 anos, da concessão da ferrovia Vitória-Minas com a Vale S.A. O novo contrato prevê um investimento de R\$ 8,5 milhões nesse ramal ferroviário e outros R\$ 2,5 bilhões para a construção de uma nova ferrovia que liga Cariacica a Ubu em Anchieta (primeiro trecho da EF 118).

²⁹ Mesmo com o pedido do adiamento por parte de alguns congressistas, o parlamento federal permanece em recesso com duração até 1º de fevereiro. Um dos assuntos de destaque para a volta do recesso é a votação para a presidência da Câmara dos Deputados, que tem sido debatida durante o esse período.

³⁰ Veja sobre as perspectivas para 2021 no Boletim Econômico Capixaba nº 40 em: https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/900/original/Boletim-Dezembro_2020.pdf?1608326710

³¹ Confira na seção 4 deste Boletim a análise sobre Preços, Juros e Crédito.

³² Diante deste cenário, os estudos de demandas de alguns dos ativos precisaram ser revistos e certos projetos foram reestruturados no Brasil antes da realização da concessão.

³³ Saiba mais informações em: <https://bit.ly/3oZQT2E>

Para 2021, o Ministério de Infraestrutura planeja conceder 52 ativos e fazer uma desestatização de companhia de docas no Brasil. Essa agenda prevê a

geração de mais de R\$ 137,5 bilhões em investimentos e quase R\$ 3,0 bilhões em outorga para o governo.

Tabela 4 - Agenda de concessões e desestatização para 2021 - Ministério da Infraestrutura

	Modal	Nº de ativos	Observações
Concessões	Aéreo	23	Bloco Sul, Norte I e Central Relicitação do aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN Alienação da participação da Infraero nas concessionárias dos Aeroportos Internacionais de Guarulhos/SP, Brasília/DF, Galeão/RJ e Confins/MG
	Portuário	17	Arrendamentos portuários nos estados de MA, AP, CE, AL, SP, RN, PA e PR
	Ferroviário	22	2 concessões (FIOL e Ferrogrão) 1 renovação (MRS)
	Rodoviário	11	Trechos: BR-381/262/MG/ES ; BR-153/080/414/GO/TO; BR-163/230/MT/PA; BR-116/101/SP/RJ (Dutra/Rio-Santos); BR-116/493/RJ/MG (CRT); e Rodovias Integradas do Paraná (6 lotes).
Desestatização	Portuário	1	Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa)

Nota: Os ativos em negritos estão no Espírito Santo.

Fonte: Ministério da Infraestrutura.

Elaboração: Ideies / Findes

No Espírito Santo, a agenda para 2021 prevê a concessão, por 30 anos, das rodovias BR-381/262, que contempla o trecho que liga Viana/ES a João Monlevade/MG³⁴.

A previsão é que o leilão ocorra no 1º trimestre de 2021 e o contrato seja assinado no 2º trimestre desse ano. De acordo a ANTT³⁵ serão R\$ 7,7 bilhões em investimentos³⁶ distribuído em dois ciclos. As obras de duplicação no estado têm previsão de acontecer do 3º ao 8º ano (1º ciclo) de concessão para o trecho de Viana/ES a Vitor Hugo em Marechal Floriano/ES, e do 16º ao 21º ano (2º ciclo) para o trecho de Vitor Hugo em Marechal Floriano/ES a Manhuaçu/MG.

Já a única desestatização prevista na agenda do Ministério de Infraestrutura para 2021 é a da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

Mapa – Trecho da concessão BR-381/262/MG/ES



Fonte: ANTT.

³⁴ No Espírito Santo são previstas duas praças de pedágio (Domingos Martins e Viana).

³⁵ Saiba mais em: <https://bit.ly/3sy65G1>

³⁶ A concessão contempla obras de: duplicação (590,5 km); Vias marginais (131,3 km); Faixas adicionais (138,1 km); Adequações de acessos (166 und); Implantação de dispositivos em desnível (46 und); Implantação de retornos em nível (128 und); Passarelas (50 und); Túneis (3 und); Contorno de Manhuaçu (9,7 km).

Essa transferência temporária do direito de exploração foi aprovada na 3ª Reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) (Decreto nº 9.852, de 25/06/2019) com os objetivos de modernizar e tornar mais eficiente a gestão³⁷ do Complexo Portuário de Vitória³⁸, atrair investimentos e melhorar a operação do setor. Esse processo será pioneiro e servirá de modelo para as demais desestatizações de docas no país.

Até a data dessa publicação, o andamento da desestatização da Codesa estava na fase de consulta pública (28/12/20 a 10/02/21) e a audiência marcada para 04/02/21. A previsão é que o edital seja publicado no 3º trimestre de 2021, o leilão ocorra no 4º trimestre de 2021 e o contrato seja firmado no 1º trimestre de 2022³⁹.

Ressalta-se que os projetos concluídos na agenda do Ministério de Infraestrutura de 2020 e os previstos na de 2021 para o Espírito Santo são demandas antigas dos empresários capixabas, todas mapeadas nas Rotas Estratégicas elaboradas pelo Ideies/FinDES para os setores Agroalimentar, Petróleo e Gas Natural, Biotecnologia e Confecção, Têxtil e Calçado.

Por fim, a continuação dos avanços na agenda do Ministério de Infraestrutura e no Programa de Parceria de Investimentos (PPI)⁴⁰ são fundamentais para a retomada da economia nacional, uma vez que irão se traduzir em aumento de produtividade e da competitividades para todos os setores econômicos.

Box 2 – O Mercado de Trabalho Formal em 2020

De acordo com os dados do Novo Caged, o ano de 2020 encerrou com a criação de +142,7 mil postos de trabalho formal no Brasil, resultado decorrente da diferença entre as 15,2 milhões de admissões e os 15,0 milhões de desligamentos. Ressalta-se que essa expansão no mercado de trabalho formal no Brasil ocorreu mesmo em um ano marcado por uma forte contração do emprego celetistas nos meses de março a junho (-1,6 milhão de vagas formais), quando vigoraram as medidas mais restritivas de distanciamento social para combater a pandemia da Covid-19.

No total, 4 dos 5 setores registraram expansão nas vagas celetistas no país: construção (+112,2 mil); indústria geral (+95,6 mil), concentrado na de transformação (+90,0 mil); agropecuário (+61,6 mil); e comércio (+8,1 mil). Apenas serviços (-132,6 mil) apresentou saldo líquido negativo no acumulado do ano.

No Espírito Santo, houve a criação de 6,8 mil postos formais em 2020. Esse resultado decorreu da diferença

entre 300,0 mil admissões e 293,2 mil desligamentos.

Assim como no país, o mercado formal capixaba conseguiu se recuperar após retrair em -31,6 mil vagas de trabalho nos meses de março a junho, quando estavam em vigor as medidas mais rígidas para combater a pandemia.

Em 2020, a indústria (+9,2 mil) foi o setor que impulsionou a criação de empregos formais no Espírito Santo, sendo ela puxada pela geração de postos celetista na construção (+5,1 mil) e de transformação (+3,6 mil). O comércio (+1,7 mil) também expandiu o seu número de vagas formais nesse ano. Já serviços (-3,3 mil) e a agropecuária (-720) registraram um número de desligamentos maior que o de admissões.

Segundo o Ministério da Economia, o resultado do mercado de trabalho formal foi positivamente influenciado pelo Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e da Renda (Bem), instituído por meio do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da

³⁷ De acordo com o BNDES, responsável pelos estudos do projeto de desestatização da Codesa, "a gestão eficiente de um ativo portuário depende fundamentalmente de agilidade nas tomadas de decisão e flexibilidade de negociação e contratação, de modo a permitir que os gestores possam reagir prontamente aos constantes processos de modernização e avanços tecnológicos específicos do setor e atender com agilidade as cadeias produtivas que buscam espaços e serviços portuários. Atualmente, em virtude da natureza das Companhias Docas, as regras de contratação de serviços e aquisição de bens não favorecem que os ativos portuários sejam gerenciados com esse dinamismo" Saiba mais em: <https://bit.ly/35Re3AL>.

³⁸ Esse complexo movimentava carga geral por meio dos terminais: Cais de Vitória; Capuaba; Peiú; Atalaia; Flexibrás; TVV; e CPVV.

³⁹ Acompanhe o cronograma dessa desestatização em: <https://bit.ly/2KvVeM8>

⁴⁰ Esse programa está sobre a supervisão do Ministério da Economia. Ele também abarca projetos de PPI de outros ministérios, tais como de Infraestrutura e Energia. Saiba mais em: <https://www.ppi.gov.br>

Renda (Bem), instituído por meio do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que foi criado em resposta aos impactos da crise causada pela Covid-19.

De abril a dezembro de 2020, foram realizados 20,1 milhões de acordos com 9,8 milhões de empregadores beneficiados, sendo 43,6% de contratos de suspensão e 21,9% de redução de 70%. Nesse período, foram pagos R\$ 33,4 bilhões em benefícios.

Tabela 5 - Saldo Líquido de empregos formais – Acumulado em janeiro a dezembro de 2020

	Brasil			Espírito Santo		
	Admitidos	Desligados	Saldo Líquido	Admitidos	Desligados	Saldo Líquido
Total	15.166.221	15.023.531	142.690	300.038	293.226	6.812
Serviços	6.599.011	6.731.595	-132.584	117.012	120.362	-3.350
Agropecuária	840.870	779.233	61.637	6.683	7.403	-720
Comércio	3.557.534	3.549.404	8.130	81.559	79.837	1.722
Indústria geral	2.597.971	2.502.383	95.588	56.565	52.476	4.089
Construção	1.570.835	1.458.661	112.174	38.219	33.148	5.071
Não identificado	0	2.255	-2.255	0	0	0

3. Desempenho Industrial

De acordo as informações disponibilizadas pela PIM-PF do IBGE, a produção física da indústria do Brasil recuou -5,5% no acumulado de janeiro a novembro de 2020, frente ao mesmo período do de 2019. Tanto a indústria extrativa (-3,2%) quanto a de transformação (-5,8%) registram retrações nessa base de comparação.

Na comparação de novembro de 2020 contra igual mês de 2019, a produção da indústria nacional avançou 2,8%, influenciada pela expansão dos bens de capital (12,8%) e dos bens intermediários (3,6%). Entre as atividades, destacaram-se as expansões de 15,9% em máquinas e

equipamentos e de 4,9% em coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis.

Na passagem de outubro para novembro, a indústria geral do país cresceu 1,2%, na série livre dos efeitos sazonais, sétima alta consecutiva. Esse resultado reforça a recuperação em "V" da atividade industrial nacional, que se encontra 2,6% acima do patamar de fevereiro (mês considerado pré-pandemia).

Tabela 6 – Variação (%) da Produção Industrial, Brasil – novembro de 2020

	Nov 20/ Out 20*	Nov 20/ Nov 19	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	1,2	2,8	-5,5	-5,2
Indústrias extrativas	-2,4	-7,5	-3,2	-4,1
Indústrias de transformação	1,7	4,2	-5,8	-5,3
Bens de Capital	7,4	12,8	-13,1	-12,6
Bens Intermediários	0,1	3,6	-1,8	-1,9
Bens de Consumo	2,1	-0,1	-9,9	-9,1
Bens de consumo duráveis	6,2	2,7	-22,0	-20,5
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	1,5	-0,9	-6,5	-5,9
Bens não especificados anteriormente	-	-14,1	-19,0	-17,2

(*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

No Espírito Santo, a produção da indústria geral acumula queda de -15,9% entre janeiro e novembro de 2020.

A indústria extrativa, ao cair -29,9%, exerceu a maior influência sobre esse resultado do estado. A indústria de

transformação também registrou queda de -3,6%, sendo pressionada, principalmente, pela menor produção da metalurgia (-18,9%)⁴¹. Apesar desse cenário de retração nessa base de comparação, destacaram-se as contribuições positivas das atividades de fabricação de celulose, papel e produtos de papel (18,6%) e de produtos alimentícios (4,6%).

Tabela 7 – Variação (%) da Produção Industrial, Espírito Santo – novembro de 2020

	Nov 20/ Out 20*	Nov 20/ Nov 19	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	-0,9	-3,9	-15,9	-16,6
Indústrias extrativas	5,7	-26,0	-29,9	-30,7
Indústrias de transformação	-2,4	14,3	-3,6	-3,8
Fabricação de produtos alimentícios	-0,5	15,6	4,6	6,2
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	4,2	70,1	18,6	12,7
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1,8	14,6	-4,6	-3,9
Metalurgia	-27,2	-13,0	-18,9	-19,0

(*) Dados dessazonalizados pelo Ideies com base na nota técnica do IBGE

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Em novembro de 2020, frente ao mesmo mês de 2019, o crescimento da indústria de transformação (14,3%) não foi o suficiente para compensar a queda da indústria extrativa (-26,0%), que levou novamente a indústria geral capixaba a retrair -3,9% nesta base de comparação.

Mesmo diante de um cenário de menor produção industrial na comparação interanual, os maiores destaques no estado foram as significativas expansões de: 70,1% na fabricação de celulose, papel e produtos de papel, que segue sob a influência do aquecimento da demanda mundial por celulose; 15,6% nos produtos alimentícios, puxado pela maior fabricação de bombons e chocolates com cacau e massas alimentícias secas; e 14,6% nos produtos de minerais não-metálicos, que têm sido beneficiado pelo aquecimento da construção e pela maior compra externa de rochas ornamentais.

Na passagem de outubro para novembro de 2020, pela segunda vez consecutiva, o desempenho da indústria retraiu -0,9%, na série livre dos efeitos sazonais.

Esse resultado foi puxado pela queda de -2,4% da indústria de transformação⁴². Já a extrativa cresceu 5,7% nesse período.

Em relação às atividades da indústria de transformação, a fabricação de celulose, papel e produtos de papel (4,2%) e de produtos de minerais não-metálicos (1,8%) expandiram a produção em novembro, frente a outubro. Já a metalurgia (-27,2%) e produtos alimentícios (-0,5%) registraram variações negativas nessa base de comparação.

Em relação a produção de petróleo e gás natural, importante atividade da indústria extrativa, e de acordo com os dados da ANP, a produção nacional encerrou 2020 com um crescimento de 5,2%, enquanto a capixaba caiu -14,0%. 5,2%, enquanto a produção capixaba caiu -14,0%.

Tanto a extração de gás natural (-13,9%) quanto a de petróleo (-14,0%) recuaram no estado no ano passado.

A indústria de petróleo e gás natural capixaba apresenta declínio natural desde 2018, em função da redução da atividade exploratória no estado. Com a pandemia da Covid-19, que limitou a circulação de pessoas e, conseqüentemente, o consumo de combustíveis, a queda no setor do Espírito Santo foi intensificada pelos cortes de produção para ajustá-la à demanda mundial por essa commodity.

⁴¹ O resultado da metalurgia foi causado pela menor produção de: bobinas a quente de aços ao carbono não revestidos; lingotes, blocos, tarugos ou placas de aços ao carbono; tubos flexíveis e tubos trefilados de ferro e aço; e ferro-gusa; bobinas a frio de aços ao carbono não revestidos.

⁴² Em novembro, a indústria de transformação voltou a registrar um nível produtivo -2,3% menor que o de fevereiro do ano passado, mês anterior a pré-pandemia de Covid-19.

Apenas em dezembro de 2020, foram produzidos 231,7 mil boe/dia de P&G no Espírito Santo, quantidade -23,5% menor que a do mês

imediatamente anterior. No Brasil, essa variação foi de -0,7%.

Tabela 8 - Variação (%) e produção de petróleo e gás natural, Brasil e Espírito Santo – dezembro de 2020

	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (Mm ³ /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)	Gás Natural (Mm ³ /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)
Produção	126.977	2.726.356	3.525.019	5.313	198.321	231.739
Variação (%) - acumulada no ano	4,1%	5,5%	5,2%	-13,9%	-14,0%	-14,0%
Variação (%) - dez.20/ dez.19	-7,8%	-12,2%	-11,3%	-23,0%	-26,6%	-26,1%
Variação (%) - dez.20/nov.20	0,5%	-1,0%	-0,7%	-23,2%	-23,5%	-23,5%

Fonte: ANP

Elaboração: Ideies / Findes

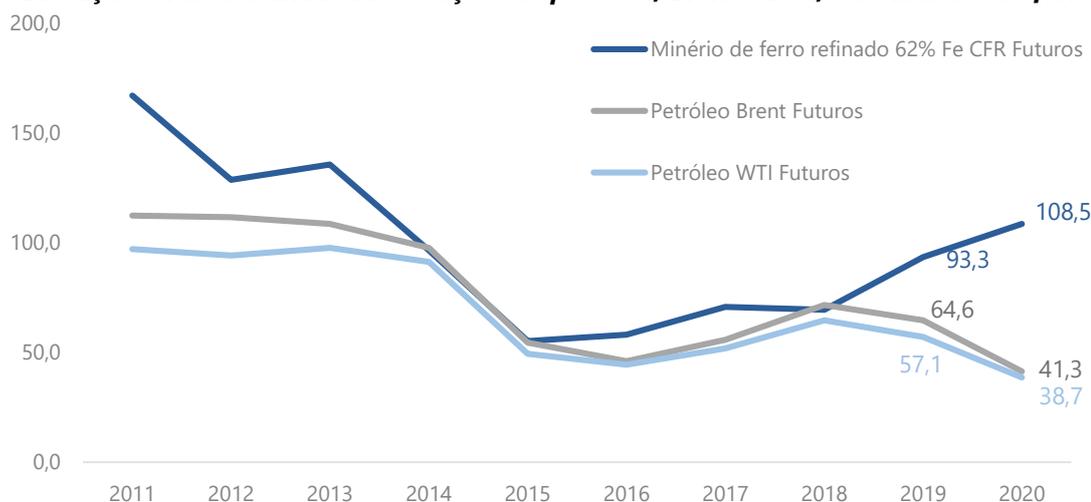
Em 2020, os preços de petróleo Brent e WTI encerraram o ano com um valor médio anual de -36,0% e -32,3% menor do que a média de 2019, respectivamente. Já o minério de ferro refinado, mesmo sendo impactado pela crise sanitária e econômica, conseguiu recuperar o seu preço e terminou 2020 com crescimento de 16,3%.

Apenas no mês de dezembro de 2020, os contratos futuros de petróleo Brent (US\$ 51,8) e WTI (US\$ 48,5) avançaram, frente a novembro 8,8% e 7,0%, nessa ordem. E, a cotação

de minério de ferro (US\$ 155,8) cresceu 25,1% nessa mesma base de comparação.

Em relação à exportação da indústria total do Espírito Santo, esta encerrou 2020 totalizando US\$ 4,4 bilhões e 20,5 milhões de toneladas. Se comparado com o ano imediatamente anterior, esses montantes reduziram, respectivamente, -46,0% e -32,5%.

Gráfico 5 – Evolução da média anual das cotações do petróleo, Brent e WTI, e do minério de ferro (em US\$)



Fonte: Investing.com

Elaboração: Ideies / Findes

Ao desconsiderar a exportação ficta⁴³, sob o regime *repetro-sped*⁴⁴, da plataforma de petróleo em 2019, a queda no valor exportado foi de -33,8%.

Em 2020, as maiores reduções no valor das vendas externas ocorreram nas atividades de: fabricação de outros equipamentos de transporte (-US\$ 1,5 bilhão), decorrente da exportação ficta da plataforma de petróleo; extração de minerais metálicos (-US\$ 891,0 milhões); metalurgia (-US\$815,3); extração de petróleo e gás natural (-US\$ 447,6

milhões); e fabricação de produtos alimentícios (-US\$ 31,17 milhões).

Apenas seis atividades industriais aumentaram as suas exportações frente a 2019, entre elas destacaram-se a extração de minerais não-metálicos (+US\$ 6,2 milhões) e a fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (+US\$ 3,9 milhões).

Tabela 9 - Principais atividades industriais exportadoras do Espírito Santo

Atividades industriais*	Jan - Dez 2019		Jan - Dez 2020		Variação 2020/2019	
	US\$ milhões	Mil toneladas	US\$ milhões	Mil toneladas	US\$ milhões	Mil toneladas
Extração de Minerais Metálicos	2.050,1	20.681,0	1.159,2	11.726,8	-43,5%	-43,3%
Metalurgia	1.836,7	3.813,3	1.021,3	3.123,6	-44,4%	-18,1%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	739,5	1.004,2	721,2	1.026,8	-2,5%	2,3%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	605,0	1.344,3	592,5	1.618,0	-2,1%	20,4%
Extração de Petróleo e Gás Natural	1.014,5	2.662,4	566,9	2.228,1	-44,1%	-16,3%
Extração de Minerais Não-Metálicos	108,5	681,2	114,7	692,5	5,7%	1,7%
Fabricação de Produtos Alimentícios	116,6	32,7	85,4	24,0	-26,7%	-26,5%
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados Do Petróleo e de Biocombustíveis	59,6	135,4	43,6	91,8	-26,8%	-32,2%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	13,4	2,3	17,3	3,5	29,4%	55,5%
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores	1.499,0	76,2	13,1	0,0	-99,1%	-100,0%
Demais atividades	80,6	25,6	52,5	19,4	-34,8%	-24,5%
Total da indústria	8.123,3	30.458,5	4.387,7	20.554,6	-46,0%	-32,5%

(*) Cnae 2.0

Fonte: Funcex

Elaboração: Ideies/ Findes

No mês de dezembro de 2020, a exportação da indústria total capixaba totalizou US\$ 428,0 milhões, montante 60,6% maior que o registrado em novembro. Esse resultado foi puxado pela atividade de extração de petróleo e gás natural (+US\$ 72,1 milhões), metalurgia (US\$ 58,8 milhões) e extração de minerais metálicos (+US\$ 50,76 milhões).

Ainda em dezembro, foram gerados 1.005,5 MW Med de

energia elétrica e consumidos 1.550,0 MW Med no Espírito Santo. Tanto a geração (8,9%) quanto o consumo (12,3%) de eletricidade cresceram frente ao mesmo mês de 2019. Nessa base de comparação, 7 dos 8 setores industriais fornecidos pela CCEE expandiram o consumo de energia elétrica no estado, com destaque para: minerais não-metálicos (62,0%), madeira, papel e celulose (56,1%) e metalurgia e produtos de metal (45,1%).

⁴³ Operação contábil de venda de produtos nacionais a empresas sediadas no exterior sem que o bem saia do território nacional.

⁴⁴ Trata-se de um regime aduaneiro especial que computa como exportação todos os produtos da indústria de petróleo e gás, chamados de "repetráveis", para isenta-los do pagamento de tributos federais e estaduais. Saiba mais em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/ultimas-noticias/3423-nota-sobre-efeitos-do-repetro-sped-na-balanca-comercial>

Tabela 10 – Consumo de energia elétrica no Espírito Santo – MW med

Setor	Ramo de Atividade	Dez. 19 MW Med	Dez. 20 MW Med	Varição dez 20 / dez 19
indústria geral	Alimentícios	20,4	23,1	12,8%
	Bebidas	1,2	1,4	18,9%
	Extração de minerais metálicos	118,4	108,8	-8,2%
	Madeira, papel e celulose	11,3	17,7	56,1%
	Manufaturados diversos	11,1	14,8	33,6%
	Metalurgia e produtos de metal	113,4	164,6	45,1%
	Minerais não-metálicos	39,1	63,3	62,0%
	Químicos	37,6	47,1	25,2%
	Têxteis	-	0,03	-
Demais	Comércio	23,1	27,5	18,9%
	Saneamento	0,8	1,3	63,0%
	Serviços	70,3	70,2	-0,1%
	Telecomunicações	2,6	3,1	20,5%
	Transporte	0,4	0,4	-11,2%
	Veículos	2,5	2,5	1,2%

Nota: s/f corresponde à “sem informação divulgada” pela CCEE.

(*) Cnae domiciliar

Fonte: CCEE - Elaboração: Ideies / Findes

Já a confiança do empresário industrial sobre a economia no Espírito Santo, medido pelo ICEI (Índice de Confiança do Empresário Industrial), reduziu em 3,6 pontos na passagem de dezembro de 2020 para janeiro de 2021, atingindo 58,4 pontos.

Apesar da queda, o indicador ainda se mantém distante da linha divisória dos 50 pontos, refletindo confiança por parte dos industriais capixabas.

Box 3 - O setor de automóveis no Brasil

No dia 11 de janeiro de 2021, a Ford anunciou a reestruturação de suas operações na América do Sul, que incluem o encerramento das operações nas plantas industriais de Camaçari (BA), Taubaté (SP) e Horizonte (CE) ao longo deste ano⁴⁵. Essa decisão⁴⁶ impactará negativamente o mercado de trabalho e o nível de produção do setor automotivo brasileiro e dos demais elos dessa cadeia produtiva nos próximos meses. Além disso, acendeu as discussões acerca do desempenho da indústria automotiva no país, setor esse que é historicamente relevante para o processo de industrialização nacional e foi alvo de diversas políticas industriais.

A crise na indústria automotiva nacional não teve início com a pandemia da Covid-19. Devido à crise econômica brasileira, a produção física anual da indústria do setor entrou em forte recessão nos anos de 2014 (-16,8%), 2015 (-25,9%) e 2016 (-12,1%). De 2017 a 2019, a indústria automotiva voltou a crescer.

Mas, em 2020, com as medidas de distanciamento social adotadas para combater o coronavírus, o ramo de automóveis novamente se deparou com uma crise sem precedentes. Em abril, a produção do setor atingiu o menor patamar da série histórica da PIM-PF, registrando uma queda de -92,6% em relação ao mesmo mês de 2019. De acordo com os dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), foram fabricados apenas 1.847 autoveículos no país em abril, sendo 946 automóveis.

Desde de maio, a atividade de fabricação de veículos começou uma trajetória de recuperação em “V”. Em novembro, o setor registrou alta de 11,1% frente a outubro e superou em 0,7% o patamar de fevereiro, mês anterior ao início das medidas de distanciamento social. Esse crescimento do setor também se refletiu em outros ramos, uma vez que a produção de veículos influencia as atividades de metalurgia, produtos químicos, produtos de borracha e de material plástico.

⁴⁵ De acordo com o comunicado, a empresa manterá sua sede administrativa para a América do Sul em São Paulo, o Centro de Desenvolvimento de Produto na Bahia e o Campo de Provas em Tatuí (SP).

⁴⁶ Ela foi justificada pelos seguintes cenários: i) a pandemia global do Covid-19, que ampliou os desafios do negócio, com persistente capacidade ociosa da indústria e redução das vendas na América do Sul, especialmente no Brasil; ii) mudanças na indústria automotiva provocadas pelo uso de novas tecnológicas de serviços (aplicativos de transporte) e pela eletrificação e automação dos veículos.

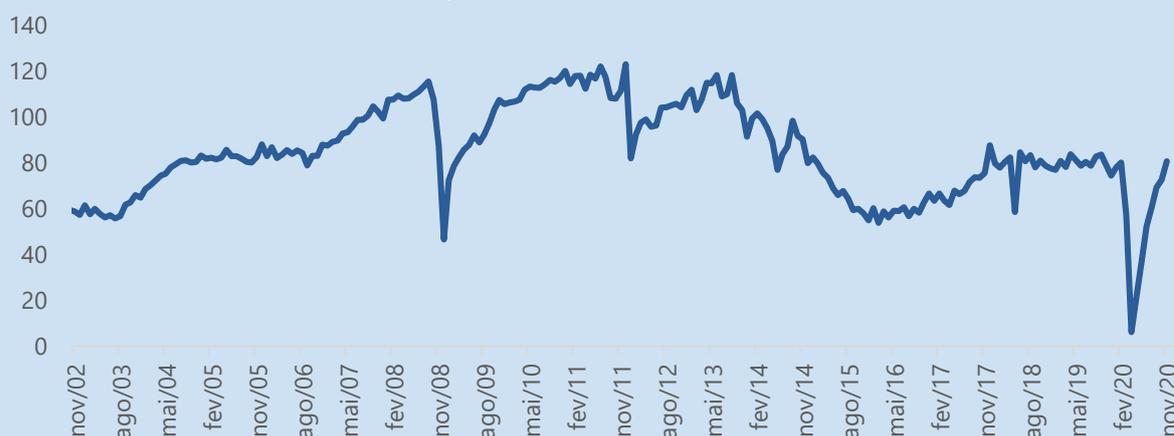
Mesmo com esse expressivo desempenho, que vem influenciando positivamente recuperação da indústria brasileira nos últimos meses, a fabricação de automóveis deve finalizar 2020 com queda na sua produção física. Isso porque, no acumulado de janeiro a novembro desse ano, essa atividade retraiu -31,5% frente ao mesmo período do ano anterior. Outro indicador que corrobora o cenário de retração é a queda de -25,8% na quantidade de licenciamento de autoveículos nacionais em 2020.

Diante desse cenário, a Anfavea classificou toda década 2010-2019 como “perdida” para o setor automobilístico brasileiro⁴⁷. A instituição salienta a necessidade de reduzir

o “custo brasil” para tornar a indústria de automotores nacional competitiva nos mercados externos. Para tanto, entre outras medidas, seria necessário dar andamento as reformas tributárias, reduzir a burocracia e melhorar a infraestrutura do país.

Além superar essas barreiras internas ao país, o setor nacional precisa acompanhar as mudanças na cadeia automotiva global, que passa por um processo de transformação impulsionado pelos novos sistemas de serviços e pela eletrificação e automação dos veículos.

Gráfico 6 – Evolução do índice da produção física da atividade de fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, com ajuste sazonal - (Base: média de 2012 = 100)



Fonte: PIM-PF/ IBGE

Elaboração: Ideies/ Findes

4. Preços, Juros e Crédito

Em dezembro de 2020, a inflação brasileira medida pelo IPCA registrou uma variação de 1,35%, acelerando-se em relação a novembro (0,89%). Esse resultado foi o maior valor para o mês desde 2002. Na RMGV, o índice mensal subiu 1,41% e fechou o IPCA da Grande Vitória em 5,15% no acumulado do ano, superior à inflação observada no país que ficou em 4,52% em 2020.

A análise por grupos de produtos e serviços mostra que alimentação e bebidas puxou a alta do IPCA no Brasil e na Grande Vitória no ano passado. A alta foi mais intensa a partir de agosto, pressionada pela inflação ao produtor

Tabela 11- Variação (%) do IPCA – Dezembro de 2020

Período	Brasil	Grande Vitória
Índice Mensal	1,35	1,41
Preços Livres	1,11	1,07
Preços Administrados	2,04	2,24
Acumulado no ano	4,52	5,15
Preços Livres	2,61	4,05
Preços Administrados	5,18	5,55

Fonte: IBGE e Banco Central.

Elaboração: Ideies/Findes.

Nota: (¹) Os “preços administrados”, segundo definição do Banco Central, referem-se aos preços que são menos sensíveis às condições de oferta e de demanda porque são estabelecidos por contrato ou por órgão público

⁴⁷ Saiba mais em: <http://www.anfavea.com.br/anuario2020/anuario.pdf>

(agrícola e industrial) e pela taxa de câmbio. Em 2020, os preços dos alimentos no país subiram 14,09% e 18,35% na RMGV (gráfico 7).

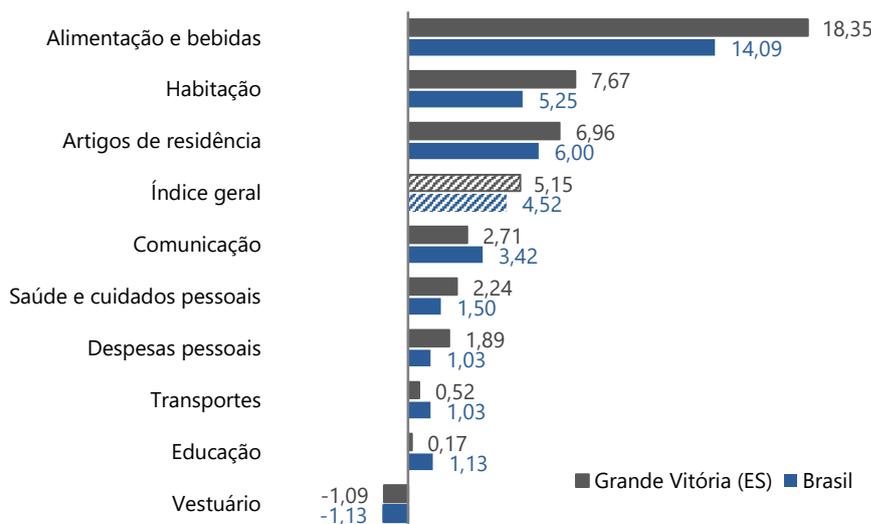
A pressão inflacionária dos alimentos fez com que as despesas com esses produtos respondessem por 63% da inflação acumulada no ano pelo IPCA da Grande Vitória. Para o Brasil, em 2020, o aumento dos preços dos alimentos registrou uma participação de 66% no índice de preços oficial do país⁴⁸.

Em dezembro, o IPCA teve impacto do aumento da energia elétrica visto que passou a vigorar a bandeira vermelha patamar 2, com acréscimo de R\$ 6,243 a cada

100 quilowatts-horas consumidos, após 10 meses consecutivos de vigência de bandeira tarifária verde. Esse fato fez com que o grupo habitação fechasse o ano com a segunda maior variação (5,25%) no índice geral. Os artigos de residência também impactaram o resultado do IPCA em 2020, devido ao efeito da alta do dólar nos preços dos eletrodomésticos, equipamentos e artigos de TV, som e informática.

No período de janeiro a dezembro de 2020, o único grupo a registrar queda nos preços foi o de vestuário tanto na RMGV (-1,09%) quanto no Brasil (-1,13%), reflexo dos impactos da pandemia de Covid-19 no comércio.

Gráfico 7 - IPCA por grupos de produtos e serviços | Variação acumulada de janeiro a novembro de 2020 (%)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Ideies/Findes.

Além da inflação ao consumidor (IPCA), a variação de preços medida pelo Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou um aumento de 23,14% em 2020, puxado pela aceleração dos preços no atacado (Índice de Preços por Atacado – IPA)⁴⁹, que se

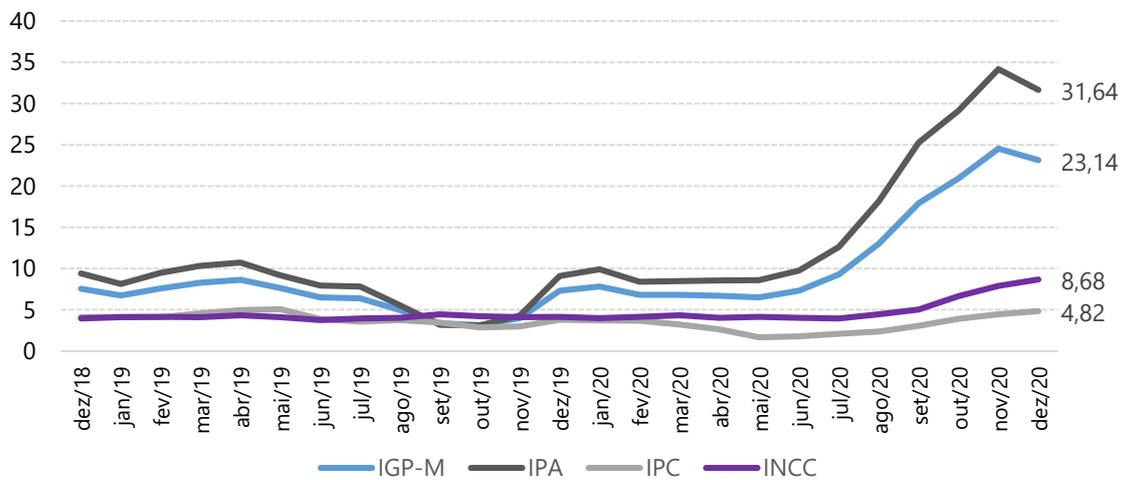
elevou 31,64% no período⁵⁰. Os demais índices que compõem o IGP-M, o Índice de Preço ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), têm apresentado uma menor aceleração inflacionária, se comparado ao IPA, nos últimos 12 meses.

⁴⁸ Em dezembro de 2020, o peso do grupo alimentação e bebidas na RMGV foi de 17,8% do IPCA. No Brasil, o peso do grupo de alimentação e bebidas foi de 21,4% no IPCA. Para exemplificar, ao se multiplicar a variação de 14,09% (0,1409) do grupo Alimentação e bebidas do IPCA do país com o seu respectivo peso no índice (0,214), tem-se que dos 4,52% do IPCA geral, 3,02 pontos percentuais correspondem à inflação do grupo Alimentação e bebidas, ou seja, 66% do IPCA geral.

⁴⁹ O IPA representa 60% no IGP-M. O IPC e o INCC têm pesos de, respectivamente, 30% e 10% no cálculo do IGP-M.

⁵⁰ No Boletim Econômico Capixaba de novembro de 2020 foi abordado a questão da diferença entre os índices IGP-M e IPCA, além da discussão de um possível repasse de preço do produtor do bem final ao consumidor. Veja mais em <https://portaldaindustria-es.com.br/publicacao/open-banking-e-demanda-programas-de-capacitacao-financeira-por-carlos-ragazzo-e-bruna-cataldo-em-destaque-no-bec-de-novembro>.

Gráfico 8 – IGP-M e seus componentes – Variação (%) acumulada em 12 meses



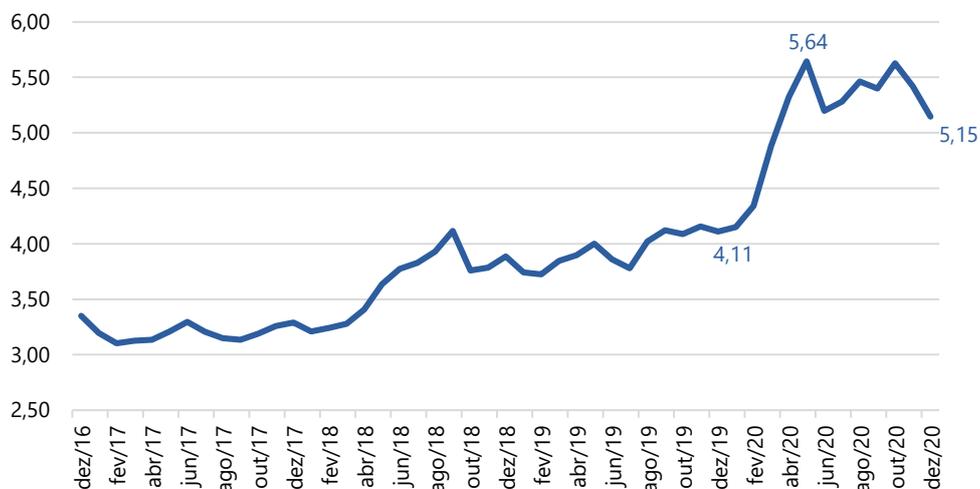
Fonte: FGV e LCA Consultores
Elaboração: Ideies/Findes.

O aumento do IGP-M pode ser analisado conjuntamente a partir da evolução da taxa de câmbio e dos preços de commodities ao longo de 2020, visto que a variação do IGP-M é mais sensível que o IPCA às oscilações desses indicadores.

No que tange à taxa de câmbio nominal, a moeda brasileira terminou o ano com uma depreciação

acumulada de 25,21% em relação ao dólar americano (gráfico 7). Pelo índice de commodities (IC-Br), divulgado pelo BC, percebe-se uma tendência de alta da cotação média no preço das commodities a partir de agosto de 2019, intensificada após os impactos da pandemia de Covid-19. Em dezembro, o IC-Br fechou com a cotação, em média, de R\$ 263,38. Na comparação com os 12 meses de 2019, a cotação média das commodities em 2020 aumentou 28,14%.

Gráfico 9 – Taxa de câmbio nominal – R\$/US\$*

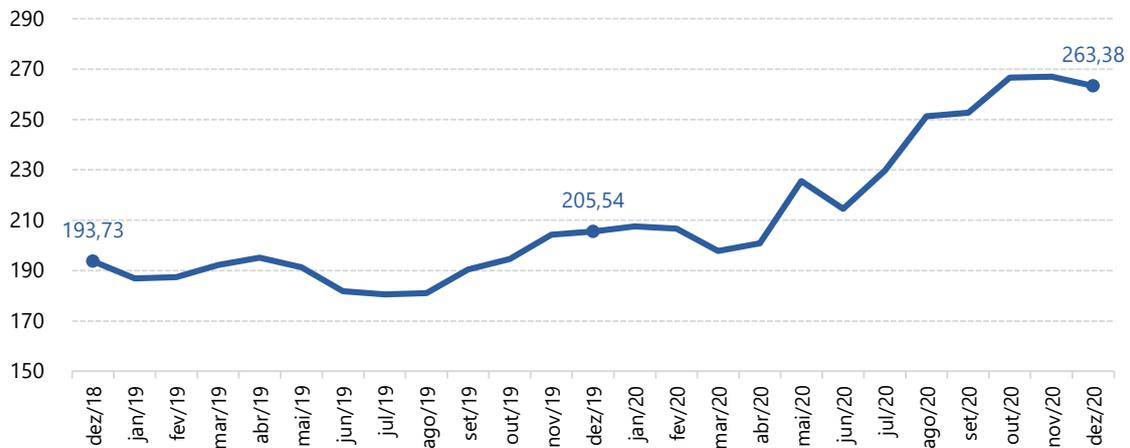


(*) Dólar comercial (valor de venda) – média do período

Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

Gráfico 10 – Índice de Commodities – Brasil (IC-Br)*



(*) Cotação em R\$ (média mensal – Dez/2005 = 100).

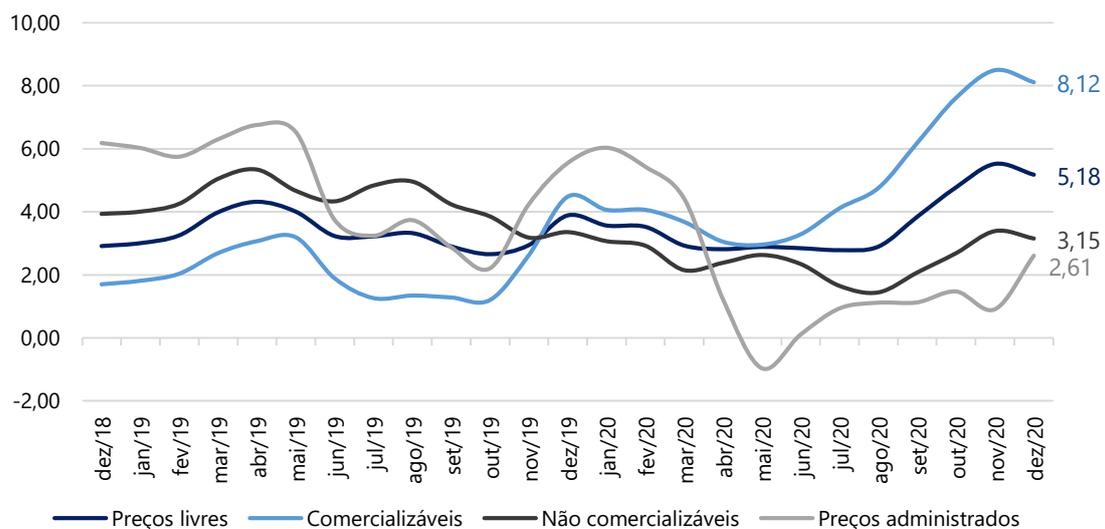
Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

Dessa forma, as pressões inflacionárias, principalmente ao produtor, decorrem do repasse da depreciação da taxa de câmbio e da elevação dos preços das commodities. Em menor grau, esse repasse é captado pelo IPCA quando se analisa os preços dos bens comercializáveis.

O gráfico 11 mostra a evolução do IPCA acumulado em 12 meses com abertura entre preços livres, divididos em bens comercializáveis e não comercializáveis⁵¹, e preços administrados.

Gráfico 11 – Inflação ao consumidor (IPCA) – Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE e BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

⁵¹ Veja a seção de destaque do Boletim Econômico Capixaba de setembro de 2020 sobre a inflação brasileira no contexto da pandemia de Covid-19 em <https://portaldaindustria-es.com.br/publicacao/bec-de-setembro-traz-em-destaque-analise-sobre-a-inflacao-brasileira-no-contexto-da-pandemia-de-covid-19>.

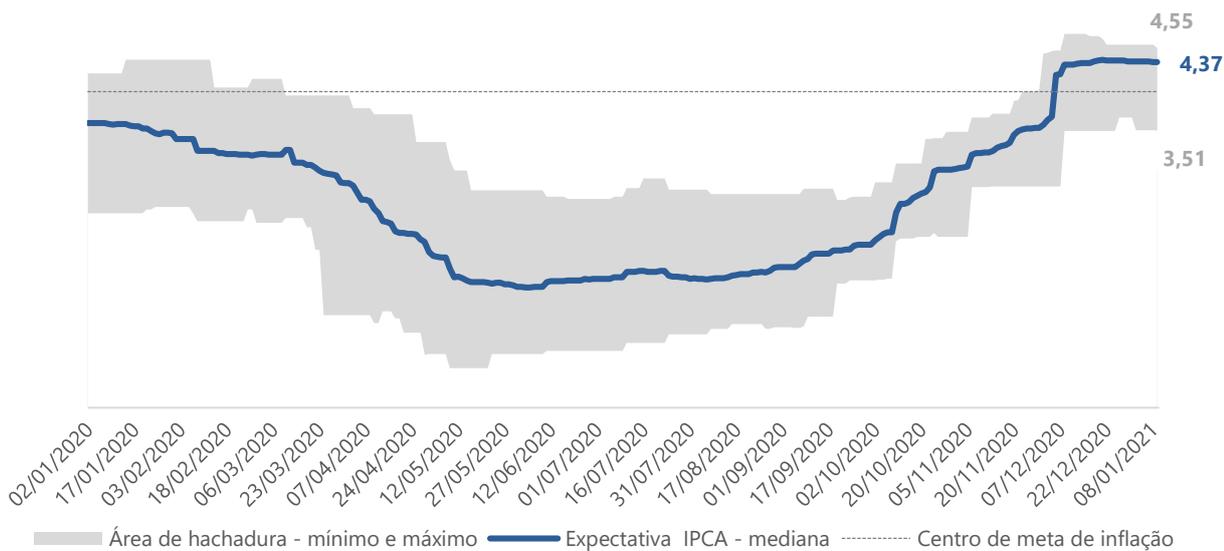
Como os preços dos bens comercializáveis (tradables) são afetados pelo comércio externo, o gráfico 11 mostra que os preços desses bens apresentaram uma tendência de alta similar com a evolução da taxa de câmbio (gráfico 9) e da elevação dos preços das commodities (gráfico 10).

Ao longo do segundo semestre de 2020, o IPCA – Comercializáveis acelerou-se e fechou o ano em 8,12%. Já os preços dos bens não-comercializáveis (*non tradables*) não apresentaram uma elevação significativa ao longo de 2020 devido aos impactos da pandemia de

Covid-19 no setor de serviços e na dinâmica do mercado de trabalho.

Em relação à meta de inflação, o IPCA acumulado dos 12 meses (4,52%) ultrapassou a estabelecida para 2020⁵². Com o aumento previsto da energia elétrica residencial⁵³, era esperado que o IPCA ficasse acima da meta e até o último Relatório Focus, do dia 08 de janeiro de 2021, mostrava que a mediana das expectativas de mercado para o IPCA em 2020 era de 4,37%⁵⁴. Em 2020, as projeções do IPCA correram abaixo do limite inferior da meta de inflação (2,5%) entre abril e setembro, explicadas pelos efeitos deflacionários causados pela pandemia de Covid-19 (gráfico 13).

Gráfico 12 – Mediana da expectativa de mercado para o IPCA de 2020 – Variação (%) anual



Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes

O Copom, em sua primeira reunião de 2021, ocorrida em 20 de janeiro, manteve a taxa Selic em sua mínima histórica em 2,00% a.a. Com a expectativa que a taxa de inflação no curto prazo permaneça em níveis mais elevados, os

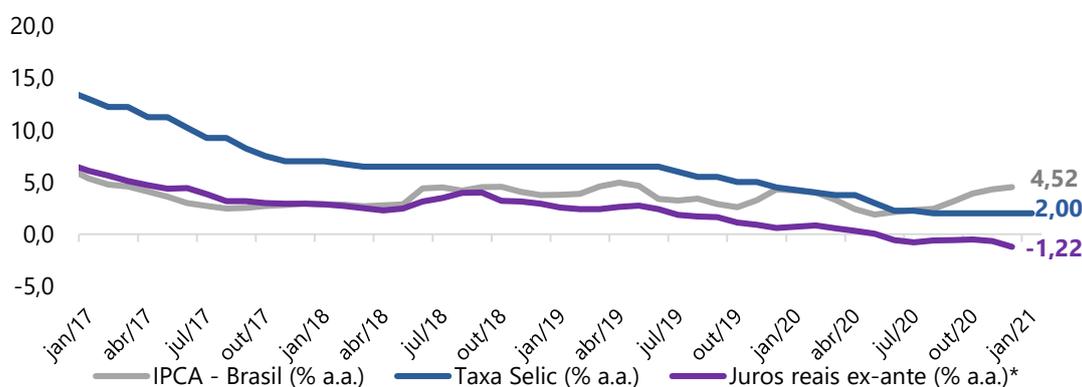
juros reais ex-ante da economia brasileira tendem a seguir em território negativo. Em 2020, a taxa de juros reais ficou em -1,22% ao ano, o menor valor registrado na série.

⁵² A meta de inflação para 2020 é de 4,00% com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

⁵³ Veja mais em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/12/01/ipca-deve-subir-mais-de-4percent-em-2020-com-energia-mais-cara-mas-vies-para-2021-e-de-baixa.ghtml>.

⁵⁴ Desde o dia 04 de dezembro de 2020, o mercado já projetava o IPCA de 2020 acima do centro da meta, com a mediana de 4,21%. Até o último relatório Focus, do dia 08 de janeiro de 2021, a mediana das expectativas para o IPCA variou entre 4,21% e 4,39%.

Gráfico 13 – Evolução do IPCA, da taxa Selic e dos juros reais* no Brasil



(*) Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

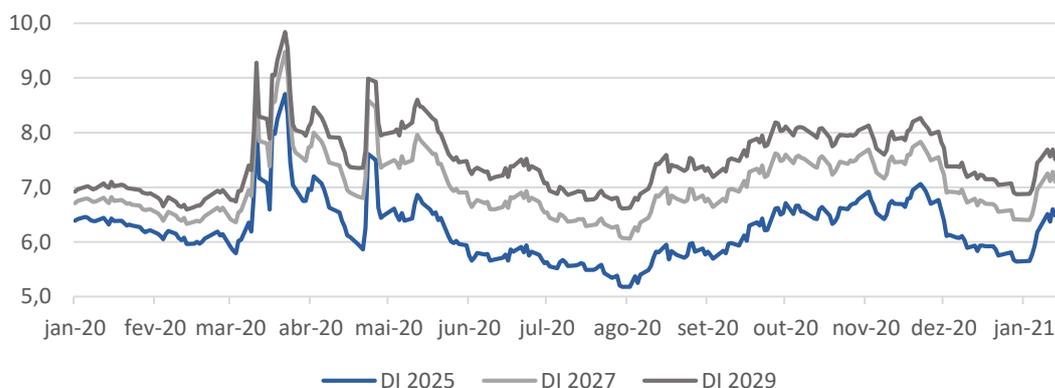
Nota: Dados do IPCA até setembro de 2020.

O destaque do comunicado da 236ª reunião⁵⁵ do Copom foi a retirada da ferramenta auxiliar de política monetária, a "orientação futura" (*forward guidance*), adotada em agosto de 2020. Com essa ferramenta, o Copom sinalizava que "não reduziria o grau de estímulo monetário desde que determinadas condições fossem satisfeitas". O Comitê expôs que as condições para a manutenção da "orientação futura" deixaram de ser satisfeitas já que "as expectativas de inflação, assim como as projeções de inflação de seu cenário básico, estão suficientemente próximas da meta de inflação para o horizonte relevante de política monetária". No entanto, o Comitê reiterou que "o fim do *forward guidance* não implica mecanicamente uma elevação da taxa de juros, pois a conjuntura econômica continua a prescrever, neste momento, estímulo extraordinariamente elevado

frente às incertezas quanto à evolução da atividade". O Copom também atualizou o seu cenário básico, projetando uma inflação em torno de 3,6% para 2021 e 3,4% para 2022. O Comitê também supõe trajetória de juros (taxa Selic) que se eleva até 3,25% a.a. em 2021 e 4,75% a.a. em 2022.

Em relação ao comportamento da curva de juros de longo no prazo no Brasil, o gráfico 12 mostra que as taxas futuras dos contratos de DI para os anos de 2025, 2027 e 2029, após apresentarem redução nos últimos dias de 2020, reverteram a tendência de queda no início de janeiro de 2021. Até o dia 19 de janeiro, a taxa DI 2025 chegou a 6,49% a.a. Em dezembro de 2020, a taxa DI de um contrato para janeiro de 2025 foi de 5,98% ao ano em média.

Gráfico 14 – Curva de juros futuros – Taxa DI (%)



Fonte: B3 e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

⁵⁵ Veja mais em <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17297/nota>.

Na análise conjuntural do mercado de crédito, o saldo das operações de crédito no Brasil totalizou R\$ 3,9 trilhões em novembro de 2020, crescimento mensal de 2,0%, com aumento nas carteiras de crédito às famílias (2,0%) e às empresas (2,0%), as quais atingiram saldos na ordem de R\$ 2,2 trilhões e R\$ 1,7 trilhão, respectivamente. Na comparação interanual, o saldo total de crédito apresentou alta de 15,6%, impulsionado pelo aumento da carteira de crédito às empresas (22,1%).

Na análise mensal do crédito por tipo de recurso, o segmento de crédito com recursos livres totalizou R\$ 2,3 trilhões e cresceu 2,5%, influenciado pelo aumento na carteira de crédito às famílias (2,7%), que alcançou R\$ 1,2 trilhão. O desempenho do segmento de crédito com recursos direcionados foi impulsionado pelo crédito às empresas (variação mensal de 1,6% e variação interanual

de 18,1%), refletindo a expansão das linhas de crédito criadas para combate aos efeitos da pandemia.

No Espírito Santo, desde o começo da pandemia, o crescimento da carteira de crédito tem sido sustentado principalmente pelo crédito às empresas. Em novembro, o saldo total da carteira de crédito no estado ficou em R\$ 58,6 bilhões, elevação mensal de 2,0%, influenciado pelo aumento na carteira de crédito às empresas (2,1%), que alcançou R\$ 25,1 bilhões. Para as famílias, o saldo de crédito cresceu 1,9% na análise mensal, totalizando R\$ 33,5 bilhões.

Na variação interanual, a carteira total de crédito teve a maior alta do ano (12,1%), influenciada pelos saldos de crédito para empresas (19,9%).

Tabela 12 – Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador - Brasil e Espírito Santo

Saldo da Carteira de Crédito	Novembro/2019			Outubro/2020			Novembro/2020		
	Varição no mês (%)	Varição Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Varição no mês (%)	Varição Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Varição no mês (%)	Varição Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)
Brasil									
Crédito Total	1,2	6,5	3.421,8	1,5	14,7	3.876,8	2,0	15,6	3.954,3
Pessoa Jurídica	1,4	0,5	1.434,2	1,2	21,3	1.716,6	2,0	22,1	1.750,7
Pessoa Física	1,1	11,4	1.987,7	1,7	9,9	2.160,2	2,0	10,9	2.203,6
Recursos Livres	2,0	13,6	1.951,9	1,5	16,4	2.226,1	2,5	16,9	2.281,4
Pessoa Jurídica	2,7	10,8	860,2	0,8	25,2	1.049,1	2,2	24,7	1.072,6
Pessoa Física	1,4	15,9	1.091,7	2,0	9,4	1.177,0	2,7	10,7	1.208,8
Recursos Direcionados	0,2	-1,6	1.470,0	1,6	12,6	1.650,6	1,3	13,8	1.672,8
Pessoa Jurídica	-0,5	-11,9	574,0	1,8	15,7	667,5	1,6	18,1	678,1
Pessoa Física	0,7	6,4	896,0	1,4	10,5	983,2	1,2	11,0	994,8
Espírito Santo									
Credito Total	1,0	6,6	52,2	2,1	11,0	57,4	2,0	12,1	58,6
Pessoa Jurídica	1,1	4,7	20,9	2,9	18,7	24,6	2,1	19,9	25,1
Pessoa Física	-0,9	7,9	31,3	1,5	5,8	32,8	1,9	6,9	33,5

Nota: Variação ao mês refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: Ideies / Findes

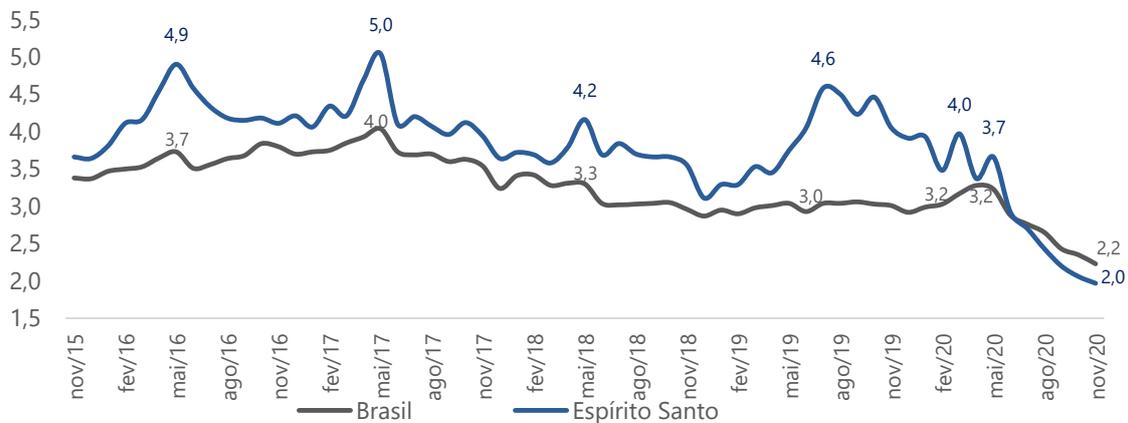
A taxa de inadimplência das operações de crédito no Brasil ficou em 2,2% em novembro, o menor valor da série iniciada em março de 2011, reforçando a redução da taxa verificada nos meses de setembro e outubro. A queda de novembro se deve tanto à redução na inadimplência das empresas (-0,2 p.p.) quanto das famílias (-0,1 p.p.).

No Espírito Santo, a taxa de inadimplência total diminuiu -0,1 p.p. na passagem de outubro para novembro de 2020, situando-se em 2,0%, influenciada principalmente pela queda na

inadimplência dos empréstimos às famílias (-0,1 p.p.). Destaca-se que a taxa de inadimplência dos empréstimos para empresas (0,9%) registrou a segunda menor taxa desde maio de 2005.

Apesar das crises sanitária e econômica causadas pela pandemia, a taxa de inadimplência registrada no país e no estado seguem trajetórias de queda. Entre os fatores que contribuíram para essa redução, destacam-se a postergação do pagamento e a renegociação de parcelas de empréstimos em diversas modalidades de crédito.

Gráfico 15 – Taxa de inadimplência da carteira de crédito - Espírito Santo e Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil.
Elaboração: Ideies / Findes.

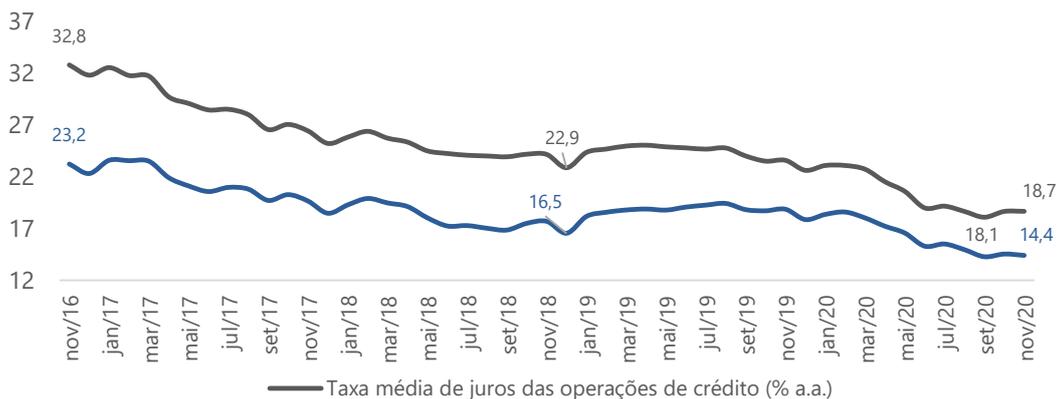
No que se refere aos custos do crédito, a taxa média de juros do país, atingiu 18,7% a.a. em novembro de 2020, próxima à mínima histórica observada em setembro de 2020, de 18,1%.

A queda na taxa média de juros do país foi puxada pela redução de 0,2 p.p. das taxas das operações de crédito às famílias, na passagem de outubro para novembro. Por outro lado, pelo segundo mês consecutivo, a taxa de

juros nas operações de crédito às empresas apresentou alta (+0,2 p.p.) fechando em 10,9%.

O spread bancário médio total no país ficou em 14,4 p.p. em novembro, queda de -0,1 p.p. na comparação com outubro, explicado pela redução do spread médio das operações de crédito às famílias (-0,3 p.p.). Na análise por tipo de recurso foram as taxas de spread no mercado de crédito livre as responsáveis pela queda do spread bancário médio do país.

Gráfico 16 – Taxa média de juros e spread médio bancário das operações de crédito no Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil.
Elaboração: Ideies / Findes.

Na análise das taxas médias de juros praticadas pelas principais instituições financeiras, na comparação dos dados da primeira semana de dezembro de 2020 em relação à primeira semana de janeiro de 2021, houve aumento na variação média total das taxas de juros mensal e anual cobradas por estas instituições nas modalidades de capital de giro até 365 dias, de capital de giro superior a 365 dias e desconto de duplicatas, à exceção da taxa de juros cobradas nas modalidades de

conta garantida e adiantamento sobre contratos.

Para o Banestes, na mesma análise, as taxas médias de juros mensal e anual recuaram na linha de crédito de capital de giro de longo prazo (acima de 365 dias) ao mês (-0,6 p.p.) e ao ano (-9,1 p.p.), e na modalidade de desconto de duplicatas, com quedas médias de -0,3 p.p. e -3,8 p.p., respectivamente.

Tabela 13 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica

Período Analisado: de 04/01/2021 a 08/01/2021

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento sobre Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	1,4	18,7	1,5	18,8	2,4	33,2	1,5	18,9	0,3	3,4
Caixa Econômica	1,9	25,6	1,3	16,0	-	-	1,8	23,7	0,4	5,3
Santander	2,7	37,7	1,8	24,3	2,3	30,8	0,6	7,1	0,3	3,4
Itaú-Unibanco	1,4	17,5	1,5	19,6	2,9	41,6	1,1	13,9	0,4	4,4
Bradesco	1,4	18,7	1,5	19,5	2,9	40,6	0,7	8,9	0,2	2,9
Banestes	-	-	1,9	24,6	2,6	36,5	2,2	30,0	-	-
Média Total	1,8	23,6	1,5	19,6	2,6	36,5	1,1	14,5	0,3	3,9
Varição Banestes*	-	-	-0,6	-9,1	0,1	1,9	-0,3	-3,8	-	-
Varição média total*	0,2	3,0	0,1	1,7	0,0	-0,1	0,1	0,9	0,0	-0,4

* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 01/12/2020 a 07/12/2020

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central

Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Sistema Findes

Box 4 - O mercado de crédito em 2020 e os programas de crédito empresarial no enfrentamento à pandemia

As incertezas geradas pela pandemia e a necessidade de financiamento devido às medidas de distanciamento social, que resultaram na redução do funcionamento ou paralisação de algumas atividades econômicas, levaram as famílias e, principalmente, as empresas a demandarem maior volume de crédito a partir de março de 2020.

Em março, a carteira de crédito às empresas alcançou R\$ 1,6 bilhão, alta mensal de 6,3%, maior crescimento

impulsionado pela expansão do segmento de crédito livre⁵⁶, que contribuiu com 6,1 p.p. do crescimento de 6,3% (Gráfico 1).

Já entre os meses de julho a setembro, em média, 82,1% do crescimento do crédito empresarial foi resultado do avanço do crédito às empresas com recursos direcionados, o qual concentra modalidades de crédito que recebem recursos federais e de programas do BNDES.

Gráfico 17 - Crédito ao setor empresarial por tipo de recurso – Crédito livre e Crédito direcionado, Variação mensal em % e contribuições em p.p., Brasil



Nota 1: Variação mensal, refere-se à comparação de um mês contra o mês imediatamente anterior.

Nota 2: Valores deflacionados a valores de novembro de 2020.

Nota 3: Em cada mês, a soma dos pontos percentuais das barras deve dar o crescimento total. No entanto, os pontos percentuais podem não coincidir devido ao arredondamento decimal.

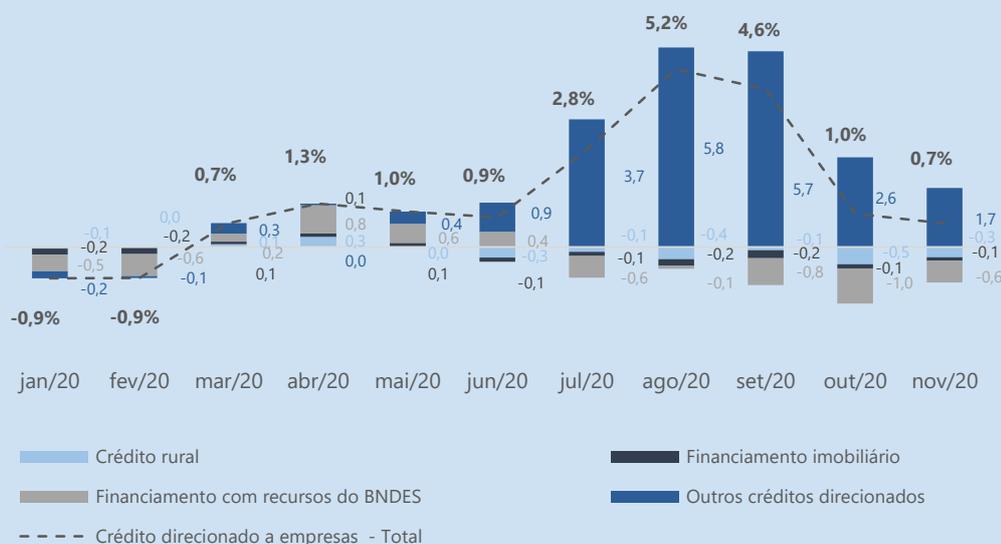
Fonte: Banco Central. Elaboração: Findes/Ideies

⁵⁶ Pela ótica do tipo de recurso, o mercado de crédito se divide no segmento de recursos livres (pessoa físicas e jurídicas) e no segmento de crédito por recursos direcionados (pessoa física e pessoa jurídica). No mercado de crédito livre as instituições financeiras têm autonomia para financiar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas aos clientes.

De julho a novembro, a carteira de crédito às empresas com recursos direcionados apresentou as taxas mais altas do ano, principalmente em agosto (5,2%), quando alcançou R\$ 637,5 bilhões, sustentado pela modalidade “outros créditos direcionados”⁵⁷ (+5,8 p.p.) (Gráfico 2). A

expansão desta modalidade reflete as operações dos programas emergenciais de incentivo ao crédito implementadas no período, em especial, do Pronampe e do PEAC-FGI⁵⁸.

Gráfico 18 - Composição da carteira de crédito para empresas com recursos direcionado – Variação mensal em % e contribuições das modalidades em p.p.



Nota 1: Variação mensal, refere-se à comparação de um mês contra o mês imediatamente anterior.

Nota 2: Valores deflacionados a valores de novembro de 2020.

Nota 3: Em cada mês, a soma dos pontos percentuais das barras deve dar o crescimento total. No entanto, os pontos percentuais podem não coincidir devido ao arredondamento decimal.

Fonte: Banco Central

Elaboração: Findex/Ideies

Com relação aos programas empreendidos pelo governo federal durante a pandemia, destacam-se o Pronampe, o PEAC-FGI, o Peac Maquininhas, o CGPE e o Pese, os quais concederam créditos no valor aproximado de R\$ 155,2 bilhões⁵⁹ (Tabela 1). Estes programas beneficiaram mais de 900 mil empresas e empreendedores, com mais de 90,0% das concessões destinadas a MEIs, micro, pequenas e médias empresas.

Mesmo com a prorrogação do estado de calamidade pelo STF⁶⁰, os programas emergenciais tiveram seu prazo de contratação encerrado, mas os programas para micro e pequenas empresas que funcionavam antes da pandemia, como o BNDES Crédito Pequenas Empresas e o do Fundo Aval Fampe/Sebrae, seguem operando.

⁵⁷ O saldo da modalidade “outros créditos direcionados” alcançou em novembro R\$ 210,6 bilhões, ante R\$ 92,7 bilhões no mesmo período de 2019. Esta modalidade também aumentou sua participação no total do segmento de crédito para empresas com recursos direcionados, passando de 15,5% a 31,1%.

⁵⁸ Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (Peac-FGI).

⁵⁹ Em geral, o Ministério de Economia estima que as medidas no combate à Covid-19, até do 22/12/2020, sejam de R\$ 319,8 bilhões, dos quais R\$ 87,8 bilhões tenham impactos fiscais.

⁶⁰ O Supremo Tribunal Federal (STF) prorrogou o estado de calamidade pública para que as autoridades adotem uma série de medidas sanitárias para o enfrentamento à pandemia. No entanto, com a perda de vigência do Decreto Legislativo nº 6 de 2020 e com o fim do Orçamento de Guerra (Emenda Constitucional nº106, de 2020), houve mudança nas regras fiscais e orçamentárias, e nos auxílios emergenciais atrelados a esse prazo (<https://bitly.com/hkiZi>), (<https://bitly.com/dUK6q>). Para restabelecer o estado de calamidade e a disponibilidade de recursos financeiros, está em tramitação um novo projeto (PDL nº 1/2021) que pede prorrogação até o 30/06/2021, e o PL nº 5.495/2020 que pede, entre outros pontos, vigência do estado de calamidade até final de 2021.

Tabela 14 - Principais medidas de crédito em nível federal para mitigar impactos da crise em 2020, informações até dezembro de 2020

Medidas de apoio ao crédito	Recursos da União no programa (em bilhões)*	Valor total contratado (R\$ bilhões)	Quantidade de operações/contratações com empresas	Prazo de contratação do crédito
Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)	R\$ 27,9 (3 fases de liberação)	R\$ 37,50**	516.790	31/12/2020
Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (Peac-FGI)	R\$ 20,0 (5 parcelas de R\$ 4 bilhões)	R\$ 92,1**	135.959	31/12/2020
Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac Maquininhas)	R\$ 10,0 (2 parcelas de R\$ 5 bilhões)	R\$ 3,2	111.370	31/12/2020
Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE)	-	R\$ 14,40	97.634	12/11/2020
Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese)	R\$ 17,0	R\$ 7,96	135.263	31/10/2020
Total	-	R\$ 155,2	997,016	
Outros programas que operaram linhas de crédito emergencial				
Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe)	-	R\$ 2,32	32.640	19/10/2020
BNDES Crédito Pequenas Empresas (Capital de giro) ²	R\$ 5,00	R\$ 3,64	23.670	31/12/2020
Total	-	R\$ 5,96	56.310	

(*) Valor orçado de recursos da União no programa.

(**) Crédito produzido pelo programa, ou seja, o montante considera valores dos recursos da União somado às concessões realizadas pelos bancos.

Nota 1: A formalização das operações de crédito desses programas foi até 31/12/2020

Nota 2: Segundo o BNDES, para empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões a linha poderia ser solicitada até 31/12/2020. Empréstimo visando à manutenção e/ou à geração de empregos, no limite de R\$ 70 milhões por ano, também devem solicitar o crédito até 31.12.2020

Fonte: Banco Central/Ministério de Economia/DataSebrae/BNDES

Elaboração: Findes/Ideies

No Espírito Santo, as liberações concedidas para enfrentar a crise da Covid-19 pelos bancos públicos alcançaram R\$ 450,9 milhões até novembro, beneficiando mais de 13,3 mil empresas, incluindo o setor industrial do estado (Tabela 2). O Pese, um dos programas federais que encerrou as contratações no mês de outubro, financiou 1.871 empresas capixabas, com recursos de R\$ 96,6 milhões, favorecendo a 35.778 empregados.

A maioria dos programas de crédito estadual que operaram durante a pandemia em 2020 estão atrelados ao período de vigência do Decreto nº 4593-R de 13/03/2020, que declara estado de emergência em saúde pública no Estado do Espírito Santo. Atualmente as linhas que ainda recebem contratações são as estaduais⁶¹, não vinculadas às federais, que perderam vigência.

⁶¹ Veja informações em <<https://bitly.com/jesiR>>, <<https://bitly.com/h9kLy>>, <<https://bitly.com/ahvWc>>.

**Tabela 15 - Programas de crédito público estadual destinados às empresas afetadas pela Covid-19
(em R\$ milhões)¹**

Programas que operam a nível de estado	Montante anunciado (R\$ milhões)*	Valor total contratado (R\$ milhões)	Quantidade de operações
1. Linha de Crédito Emergencial Bandes e Banestes	R\$ 250,00	R\$ 239,70	2.214
2. Linha de Crédito Aderes e Banestes – Nossocrédito Emergencial (Programa Nossocrédito)	R\$ 50,00	R\$ 26,30	5.669
3. Linhas do Fundo de Aval	R\$ 100,00	R\$ 42,09	3.096
- Linhas do Fundo de Aval – (01) Microcrédito Emergencial Covid-19	R\$ 30,00	R\$ 41,10	
- Linhas do Fundo de Aval – (02) Capital de Giro Covid-19	R\$ 70,00	R\$ 0,99	123
4. Capital de Giro Pronampe ²	-	R\$ 142,80	2.258
Total de linhas de crédito	R\$ 400,00	R\$ 450,89	13.360
Reparcelamento de operações de crédito em até 180 dias para PF e PJ*	-	R\$ 911,00	-
Programa federal que operou em nível estadual			
Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese)		R\$ 96,6	

(*) Pessoa Física (PF) e Pessoa Jurídica (PJ).

Nota 1: informações até 24 de novembro de 2020

Nota 2: a partir de setembro o Banestes passou a ofertar a modalidade de crédito para capital de giro Pronampe.

Fonte: Banestes/BC

Elaboração: Findes/Ideies

Balanco de 2020 e perspectivas para 2021

As linhas emergenciais de crédito e as ações que subsidiariam e baratearam o crédito - como as medidas de flexibilização de garantias e as baixas taxas de juros-, ajudaram a impulsionar a atividade econômica a partir do segundo semestre de 2020⁶², seja por meio da preservação de empregos ou pela sustentação financeira das empresas.

Para 2021, segundo o BC, a projeção para o crescimento do crédito no SFN é de 7,8%, menor que a projetada para 2020 (15,6%). A redução desta projeção se deve, principalmente, pela contração das carteiras de créditos às

empresas, devido ao fim dos programas emergenciais de crédito e o fim do diferimento no pagamento dos financiamentos concedidos pelo BNDES.

Ressalta-se que a manutenção de condições diferenciadas de acesso ao crédito segue sendo fundamental. As incertezas sobre a duração da pandemia e sobre a efetiva imunização da população, a partir das vacinas, se mantêm. O crédito será essencial para financiar a recuperação econômica no período pós-pandemia e promover a retomada econômica em 2021.

⁶² Veja informações sobre evolução trimestral da atividade econômica capixaba (IAE-Findes) no 3º trimestre de 2020 em <<https://bityli.com/Zvxsd>>. Veja também edições do Boletim Econômico Capixaba (BEC) em <<https://bityli.com/2UYpU>>.

5. Finanças Públicas Estaduais

Com o fechamento do exercício financeiro de 2020, os dados das finanças públicas capixabas retirados do Portal da Transparência do Governo do Espírito Santo permitem uma análise completa dos resultados estaduais no ano que foi marcado pela pandemia e seus efeitos na economia.

As receitas do Governo do Estado totalizaram R\$ 18,65 bilhões de janeiro a dezembro de 2020, valor que representa uma queda real de -6,5% em relação ao realizado no mesmo período de 2019 e que correspondeu a 94,4% do total orçado para o ano.

A receita tributária se recuperou no segundo semestre e conseguiu crescer 1,0% em relação ao ano anterior, mas os principais impactos se deram nas transferências. As perdas mais significativas ocorreram nas transferências dos recursos extraordinários referentes ao acordo do Parque das Baleias, que haviam totalizado R\$ 940,6 milhões em 2019 (valor já deflacionado pelo IPCA) e alcançaram R\$ 247,7 milhões em 2020, redução real de -73,6%. Também houve baixa nas transferências que se deram no recebimento das receitas de exploração de petróleo (-32,0%) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE) (-8,5%). Outras origens de receitas com quedas relevantes foram as de operações de crédito (-32,3%) e das receitas patrimoniais⁶³, que reduziram -41,2% em 2020, influenciadas pela menor remuneração das aplicações do regime próprio de previdência.

No sentido oposto, algumas transferências ajudaram a reforçar o caixa estadual e reduzir perdas em 2020. Foram os casos dos repasses fundo a fundo do SUS, que cresceram 31,4% em comparação a 2019, e das transferências da União relativas ao enfrentamento da Covid-19: R\$ 196,2 milhões para ações de saúde e assistência social e R\$ 712,3 milhões para mitigação

financeira (LC nº 173/2020); R\$ 145,3 milhões como complementação ao FPE (MP nº 938/2020); e R\$ 32,0 milhões em auxílio financeiro destinado ao setor cultural (Lei nº 14.017/2020).

As despesas, por sua vez, tiveram aumento real de 3,8% em relação a 2019, totalizando R\$ 15,98 bilhões, que correspondem a 85,1% do total orçado inicialmente para o ano de 2020⁶⁴.

Houve ampliação relevante nos investimentos, que subiram 36,1% em comparação a 2019, com destaque para o crescimento dos valores gastos com obras e instalações (42,9%) e com equipamentos e material permanente (49,2%). O grupo de outras despesas correntes também teve alta significativa de 12,4%, com ampliação, principalmente, de dispêndios com a contratação de terceiros que atuam na área de saúde.

Detalhando mais o desempenho das receitas tributárias e, em especial, do principal tributo estadual, o ICMS, observa-se alta real de 1,2% na arrecadação do imposto.

Dentre as principais categorias que o compõem, o ICMS-Comércio teve o maior crescimento de 2019 para 2020 (10,2%), enquanto o ICMS-Indústria sofreu queda (-4,4%).

A recuperação das receitas de ICMS foi possível com ajuda do aumento do consumo impulsionado pelos recursos do auxílio emergencial e com a gradual retomada das atividades econômicas, sobretudo, durante o segundo semestre.

⁶³ Por meio da Lei Complementar nº 945/2020, a partir do mês de março, o Governo do Estado do Espírito Santo alterou a alíquota da contribuição patronal de 22% para 14%, recolhida para os fundos próprios de previdência, como forma de alívio de caixa durante a pandemia. Veja mais em <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC9452020.html>.

⁶⁴ A diferença entre as receitas totais (R\$ 18,65 bi) e as despesas totais (R\$ 15,98 bi) do Governo do Estado de janeiro a dezembro de 2020, que corresponde a R\$ 2,67 bilhões, não se trata de resultado de caixa ou de resultado primário, por incluir todas as receitas recebidas e todas as despesas liquidadas pelo Poder Executivo. Refere-se, portanto, apenas a um acompanhamento de fluxo orçamentário. Algo a ser destacado é que o Portal da Transparência do ES (fonte dos dados) ainda aponta as despesas referentes às funções do Poder Judiciário (R\$ 1,02 bilhão) e do Poder Legislativo (R\$ 163,2 milhões), que não são englobadas nas análises deste Boletim.

Tabela 16 - Receitas e Despesas do Governo do Espírito Santo - 2019 e 2020 (em R\$ milhões)¹

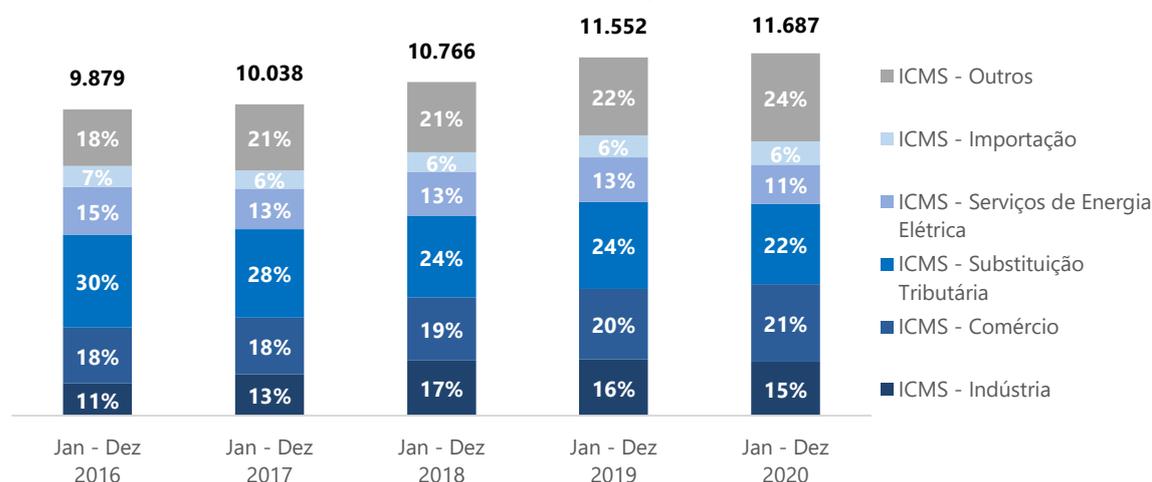
Receitas e despesas ²	Jan - Dez	Jan - Dez	Varição (R\$)	Varição (%)	Previsão	Realizado
	2019	2020	2020-2019	2020/2019	2020	2020 (%)
	(a)	(b)	(b) - (a)	(b) / (a)	(c)	(b) / (c)
Receita Total	19.950	18.653	-1.297	-6,5	19.749	94,4
Receita Tributária	13.588	13.717	129	1,0	13.067	105,0
ICMS Total	11.552	11.687	135	1,2	10.821	108,0
ICMS - Comércio	2.275	2.507	232	10,2	2.059	121,7
ICMS - Indústria	1.819	1.738	-81	-4,4	1.585	109,6
Outras Receitas Tributárias	2.036	2.030	-6	-0,3	2.247	90,4
Transferências Correntes	5.809	6.436	628	10,8	5.848	110,1
FPE	1.597	1.461	-136	-8,5	1.518	96,3
IPI	214	216	2	0,9	209	103,2
Royalties e Part. Especiais	1.883	1.279	-603	-32,0	2.257	56,7
Demais Transf. Correntes	2.114	3.479	1.365	64,6	1.864	186,7
Demais Receitas	6.232	4.266	-1.966	-31,5	6.112	69,8
(-) Deduções da Receita	-5.678	-5.766	-88	1,6	-5.278	109,2
Despesa Total	15.393	15.984	591	3,8	18.775	85,1
Pessoal e Encargos Sociais	9.059	8.814	-245	-2,7	10.917	80,7
Investimentos	1.089	1.482	393	36,1	1.731	85,6
Demais Despesas	5.245	5.689	444	8,5	6.126	92,9

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA médio anual 2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES - Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 19 - Receitas de ICMS (em R\$ milhões) e participação (%) por setor – Governo do Espírito Santo



Nota: Valores deflacionados pelo IPCA médio anual 2020

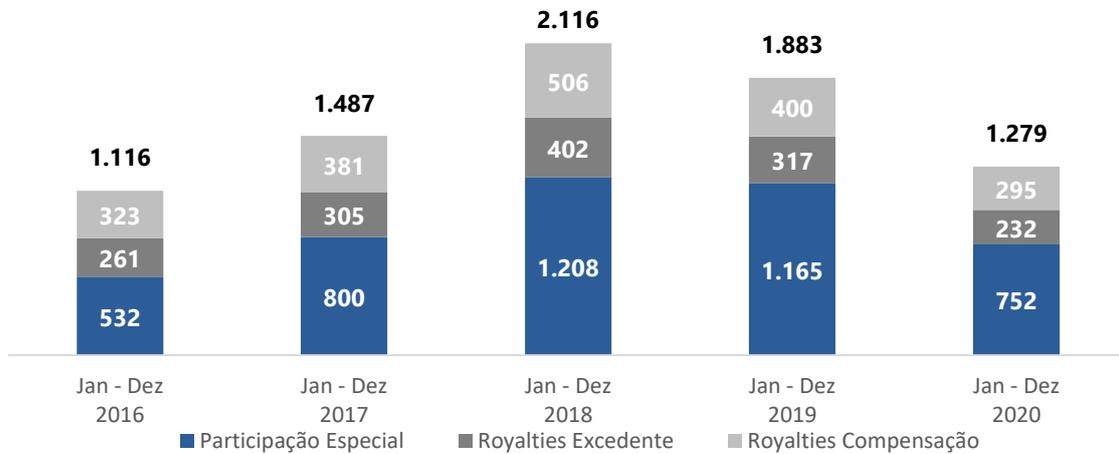
Fonte: Portal da Transparência ES - Elaboração: Ideies / Findes

Em relação às receitas do petróleo, a forte queda dos recebimentos em 2020 (-32,0%) se distribuiu tanto nos royalties (-26,5%) quanto nas chamadas participações especiais (-32,0%)⁶⁵.

Esses resultados foram influenciados pela menor produção de petróleo e gás natural no Estado em 2020, bem como pelo menor patamar de preço da commodity no mercado internacional.

⁶⁵ Royalties e Participação Especial (PE) são compensações financeira paga pelos produtores por explorarem um recurso não renovável da União, neste caso o petróleo e o gás natural (P&G). A diferença é que os royalties são alíquotas que incidem sobre o valor da produção mensal de todos os campos produtores de P&G. Já a PE é uma compensação extraordinária, paga trimestralmente apenas pelos concessionários que possuem campos de P&G com grande volume de produção.

Gráfico 20 - Receitas do Petróleo – Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de novembro/2020

Nota 2: inclui royalties e participações especiais; não inclui os valores retroativos referentes ao acordo do Parque das Baleias

Fonte: Portal da Transparência ES

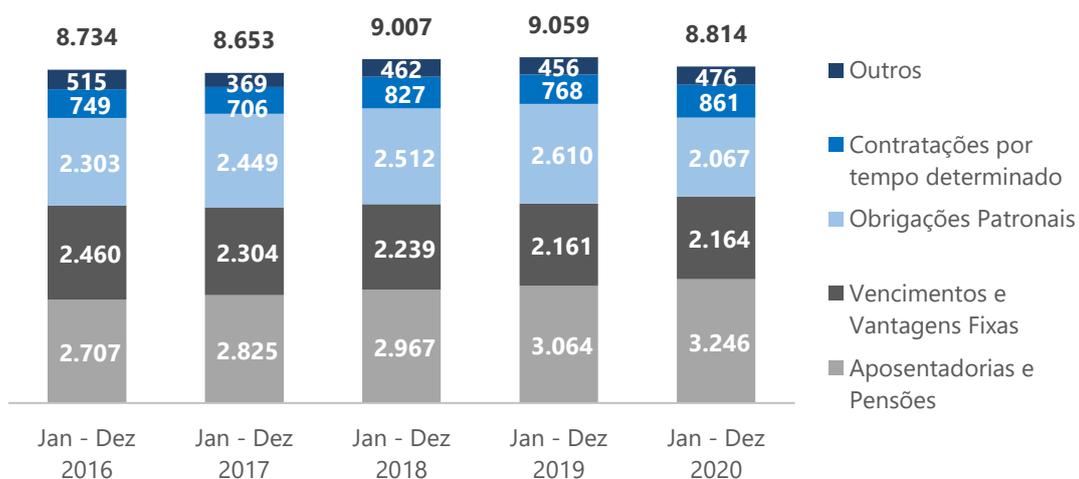
Elaboração: Ideies / Findes

No detalhamento das despesas do Governo do Estado, o ano de 2020 apresentou redução dos gastos totais com pessoal e encargos sociais (-2,7%), que constituem o principal grupo de despesas.

Dentre seus componentes, houve relativa estabilidade nos dispêndios com vencimentos dos servidores efetivos

(crescimento de 0,1%), e aumentos nos gastos com as aposentadorias e pensões (5,9%) e com contratações por tempo determinado (12,2%). A principal redução nas despesas com pessoal, influenciando o resultado final deste grupo de despesas, ocorreu nas obrigações patronais, que tiveram queda de -20,8% em relação a 2019, em consequência de redução na alíquota de contribuição patronal dos poderes estaduais⁶⁶.

Gráfico 21 - Despesas com pessoal e encargos sociais (em R\$ milhões) – Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de novembro/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

⁶⁶ Conforme exposto na nota de rodapé nº 63.

Na análise das despesas sob a ótica da função, a Saúde representou o maior dispêndio durante o ano de 2020, totalizando R\$ 3,5 bilhões e representando crescimento de 17,5% em relação a 2019.

A queda nos gastos da função Previdência Social, bem como o forte aumento nas despesas com Administração

sofreram influência de alterações contábeis⁶⁷ decorrentes da reforma da previdência estadual, o que interfere na adequada comparação entre os números de 2019 e de 2020. Outras das principais funções de despesas do orçamento estadual tiveram quedas nos gastos no ano passado, como a Educação (-3,7%) e a Segurança Pública (-26,0%).

Tabela 17 - Despesas por função – Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)

Funções	Jan - Dez 2019 (em R\$ milhões)	Jan - Dez 2020 (em R\$ milhões)	Participação em 2020 (%)	Varição (%) 2020/2019
Saúde	2.940,3	3.454,4	21,6%	17,5%
Previdência Social	3.077,1	2.633,0	16,5%	-14,4%
Educação	2.335,1	2.249,2	14,1%	-3,7%
Segurança Pública	2.399,5	1.774,5	11,1%	-26,0%
Encargos Especiais	1.478,2	1.672,0	10,5%	13,1%
Administração	699,4	1.420,2	8,9%	103,1%
Transporte	771,7	1.220,5	7,6%	58,2%
Direitos da Cidadania	649,1	630,9	3,9%	-2,8%
Agricultura	269,6	235,8	1,5%	-12,6%
Assistência Social	101,1	129,2	0,8%	27,9%
Outros*	671,5	564,1	3,5%	-16,0%
Total	15.392,6	15.983,9	100,0%	3,8%

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA médio anual 2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Nota 3: a categoria "Outros" engloba as seguintes funções: Essencial à Justiça, Urbanismo, Ciência e Tecnologia, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Cultura, Desporto e Lazer, Comunicações, Indústria, Habitação, Trabalho.

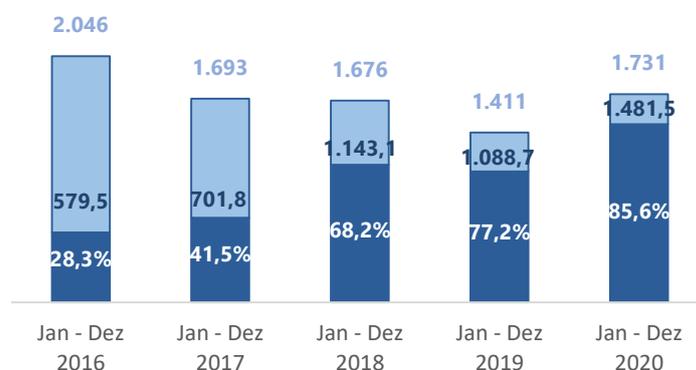
Fonte: Portal da Transparência ES - Elaboração: Ideies / Findex

Um dos componentes da despesa total que teve crescimento expressivo em 2020 foi o investimento público. O valor de R\$ 1,48 bilhão investido pelo Espírito Santo foi o maior dos últimos cinco anos.

Além disso, como mostra o gráfico 22, os valores de 2020 foram os que representaram o maior percentual de realização de investimentos em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), com 85,6% do valor total tendo sido empenhado.

Na mesma lógica de comparação, como já mencionado no início da seção, as receitas totais em 2020 representaram 94,4% do previsto no orçamento do ano, enquanto as despesas empenhadas atingiram 85,1% do originalmente orçado. Os percentuais de realização foram inferiores aos de 2019, quanto as receitas totalizaram 109,1% do previsto na LOA, e as despesas corresponderam a 88,4%.

Gráfico 22 - Investimento total orçado para o ano (em R\$ milhões) e quantidade realizada (em R\$ milhões e em %) - Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA médio anual 2020

Nota 2: Despesas empenhadas

Fonte: Portal da Transparência ES e Lei Orçamentária Anual/ES (2016-2020)

Elaboração: Ideies / Findex

⁶⁷ Em 2020 houve uma mudança em aspectos previdenciários com a criação do Sistema de Proteção Social dos Militares, que passou a abrigar essa categoria de servidores, retirando-os do rol de segurados via fundo financeiro e fundo previdenciário do Espírito Santo. Do ponto de vista contábil, isso deslocou despesas anteriormente enquadradas nas funções "Previdência Social" e "Segurança Pública" para a função "Administração".

Gráfico 23 - Receitas e despesas orçadas para o ano (em R\$ milhões) e total realizado (em % e em R\$ milhões) - Governo do Espírito Santo, janeiro a dezembro - 2019 e 2020



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA médio anual 2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES e Lei Orçamentária Anual/ES

Elaboração: Ideies / Findex

Para 2021, o orçamento do Governo do Espírito Santo estima uma receita total de R\$ 18,90 bilhões e uma despesa total de R\$ 18,13 bilhões⁶⁸.

Tais valores são menores do que o previsto na LOA 2020, mas representam crescimento de 1,3% e de 13,5%, respectivamente, em relação ao efetivamente realizado no ano passado.

Tabela 18 - Previsão orçamentária de 2021 e comparações - Governo do Espírito Santo

Itens	Previsão LOA 2021 (em R\$ milhões)	Var. (%) em relação à LOA 2020	Var. (%) em relação ao realizado em 2020
Receita Total	18.902	-4,3%	1,3%
Receita Tributária	13.665	4,6%	-0,4%
Transferências Correntes	5.335	-8,8%	-17,1%
Demais Receitas	5.421	-11,3%	27,1%
(-) Deduções da Receita	-5.519	4,6%	-4,3%
Despesa Total	18.134	-3,4%	13,5%
Pessoal e Encargos Sociais	9.998	-8,4%	13,4%
Investimentos	1.997	15,4%	34,8%
Demais Despesas	6.139	0,2%	7,9%

Fonte: LOA 2020 e LOA 2021, Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findex

⁶⁸ O número referente às despesas considera apenas o valor previsto para as despesas correntes mais as despesas de capital, não considerando a previsão da reserva de contingência, que totaliza outros R\$ 767,7 milhões.

6. Comentários Finais

Neste mês de janeiro foi iniciado o processo de vacinação no Brasil contra a Covid-19, que já vinha ocorrendo em menor escala em outros países desde dezembro do ano passado. A demanda mundial pelos imunizantes ainda continua além da capacidade produtiva, sobretudo no que diz respeito aos insumos utilizados pelos laboratórios locais na produção dessas vacinas. Até o final do mês, o Ministério da Saúde do Brasil havia distribuído 8 milhões de doses divididas entre CoronaVac (6,0 milhões) e Oxford/AstraZeneca (2,0 milhões).

Em relação aos dados conjunturais, as informações divulgadas em janeiro sobre a atividade econômica do Brasil e do Espírito Santo, referem-se ao desempenho do mês de novembro de 2020. Os indicadores de atividade econômica do Banco Central para o Brasil (IBC-Br) e para o Espírito Santo (IBCR-ES), que podem ser interpretados como uma prévia do PIB, registraram a sétima variação positiva nas passagens dos meses, de 0,59% e 0,64%, respectivamente, demonstrando a manutenção da recuperação dessas economias.

Especificamente sobre a produção industrial, em novembro a indústria geral do país avançou 1,2% em relação a outubro e ficou 2,6% acima do patamar registrado em fevereiro, mês considerado pré-pandêmico. Já no Espírito Santo, a indústria apresentou desempenho negativo em todas as bases de comparação, como no recuo de -0,9% em relação a outubro. Contudo, alguns setores industriais capixabas apresentaram expansões significativas, tal como o avanço de 70,1% na produção de papel e celulose em comparação com novembro de 2019.

Os reflexos da pandemia sobre a indústria capixaba em 2020 podem ser observados por meio das suas vendas externas. Em 2020, as exportações das indústrias do estado recuaram -46,0% em valores monetários e -32,5% em toneladas.

Sobre os preços gerais da economia, a inflação do Brasil, mensurada pelo IPCA, fechou o ano de 2020 em 4,52%, acima da meta de 4,00%, porém dentro do intervalo entre 2,50% e 5,50%. Na RMGV a inflação finalizou 2020 em 5,15%. Durante o ano, observou-se uma queda nos preços até junho, seguida por uma aceleração inflacionária, sobretudo nos últimos meses. Tanto no país quanto no estado, o resultado inflacionário de 2020 é reflexo da combinação da queda nos preços dos serviços, devido à menor procura pelo setor em função do distanciamento social provocado pela pandemia da Covid-19, e a alta do grupo de alimentos e bebidas fomentada pelo auxílio emergencial, e também devido à pressão inflacionária exercida pela depreciação da

taxa de câmbio e pela elevação dos preços das commodities.

Na primeira reunião de 2021, o Copom levou em consideração esse comportamento inflacionário do ano passado, sobretudo a aceleração no curto prazo, e decidiu manter a taxa Selic na sua mínima histórica em 2,00%. Os destaques dessa reunião foram a retirada da “orientação futura” (forward guidance) adotada desde agosto de 2020, e as projeções para 2021 é de inflação em torno de 3,6% e a trajetória crescente da taxa Selic até 3,25% a.a.

No mercado de crédito, as condições diferenciadas de acesso ao crédito devido à crise provocada pela pandemia ajudaram a impulsionar a atividade econômica em 2020, sobretudo a partir do segundo semestre. Com os dados referentes a novembro, observa-se a taxa média de juros das operações de crédito (18,7%) e o spread médio (14,4 p.p.) em torno dos seus menores patamares, enquanto os saldos da carteira de crédito, tanto no Brasil e quanto o no Espírito Santo, variaram positivamente em relação a outubro e na comparação interanual.

Com relação às finanças públicas estaduais, no fechamento do exercício financeiro de 2020, as receitas do Governo do Estado do Espírito Santo totalizaram R\$ 18,65 bilhões, o que representa uma queda real de -6,5% em relação a 2019 e correspondeu a 94,4% do total orçado para o ano. Os destaques foram as perdas das receitas do petróleo (-32,0%) e as transferências de recursos da União para o enfrentamento à pandemia. As despesas, por sua vez, tiveram aumento real de 3,8% em relação a 2019, totalizando R\$ 15,98 bilhões, que correspondem a 85,1% do total orçado inicialmente para o ano de 2020.

Com relação às arrecadações da Receita Federal, os impactos da pandemia sobre os segmentos da economia, tais como o menor volume de vendas de serviços e no comércio, a redução da massa salarial e as reduções de alíquotas para operações de crédito, repercutiram em um menor montante arrecadado em 2020, que chegou a representar uma variação real de -6,91% em relação à 2019.

Diante desse cenário, para 2021, as expectativas em relação à economia nacional perpassam pela imunização em massa da população contra a Covid-19, pela condução da política fiscal do país, pelos efeitos do fim do auxílio emergencial ou da sua possível retomada, pelas votações das presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na volta do recesso parlamentar em 1º de fevereiro – que influenciarão na condução das reformas estruturantes – e pela redução da pressão do câmbio sobre a inflação.

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade da Fines | Gerência de Estudos Econômicos

Revisão

Marcelo Barbosa Saintive

Silvia Buzzone de Souza Varejão

Elaboração

Sumário Executivo – Jordana Teatini Duarte

Atividade Econômica – Jordana Teatini Duarte e Thais Maria Mozer

Desempenho Industrial – Thais Maria Mozer

Preços, Juros e Crédito – Marcos Vinícius Chaves Morais e Balmore Alírio Cruz Aguilar

Finanças Públicas Estaduais – Rodrigo Taveira Rocha

Comentários Finais – Jordana Teatini Duarte

Anexo de gráficos e tabelas – Balmore Alírio Cruz Aguilar

 (27) 3334-5689 |  ideies.org.br |  @ideies |  (27) 98818-2897



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

